

muito extensa, tem sido especialmente apegada às formulações de grande classe, e por conseguinte, quando consultada, é vulnerável no nível de microclasse.

Estamos afirmando, portanto, que a pesquisa convencional sobre “efeitos de classe” pode ser consultada com proveito. Embora as formulações de grande classe continuem provavelmente predominantes, a disciplina deve pelo menos considerar a possibilidade de ter tomado um caminho errado e de que muito recurso explicativo é encontrado nas grandes classes. É bom ter em mente que os modelos de grande classe foram inicialmente elaborados para dar conta de eventos transformadores em nível macro e de mudanças sociais em larga escala (cf. GRUSKY; WEEDEN & SØRENSEN, 2000). À medida que se institucionalizou o conflito de classes, os teóricos foram gradualmente retirando ênfase das teorias históricas em nível macro e abordagens semelhantes da evolução social (HOLTON & TURNER, 1989), preferindo em vez disso desdobrar as categorias de classe para a tarefa acadêmica mais modesta de explicar o comportamento contemporâneo em nível micro (p. ex., tendências eleitorais, estilos de vida). O fascínio atual em ajustar e retocar, adaptar e rever as formulações de grande classe pode ser visto como os esforços intensos de um subcampo para se conciliar com essa nova ordem do dia. É plenamente possível, claro, que nenhum ajuste ou retoque seja suficiente. Se a agenda contemporânea de nível micro for levada a sério, pode exigir novos modelos de microclasse que vão além do nominalismo de grande classe para poder investigar os tipos de organização social existentes em nível local.

4

Fundamentos de uma análise de classe de Pierre Bourdieu

Elliot B. Weininger

Quando de sua morte, em janeiro de 2002, Pierre Bourdieu era talvez o mais eminente sociólogo do mundo (cf. CALHOUN & WACQUANT, 2002). Como autor de inúmeras obras clássicas, tornara-se uma referência obrigatória em várias áreas “especializadas” da disciplina (incluindo educação, cultura, “teoria” da sociologia e sociologia do conhecimento). Também havia alcançado *status* canônico em antropologia cultural com seus estudos sobre os cabilas do norte da Argélia durante a guerra de independência e seus desdobramentos¹. E sua importância ainda cresceu de forma exponencial na década de 1990, quando tornou-se um participante de grande visibilidade nas lutas políticas contra a ortodoxia neoliberal que começava a dominar o discurso político na Europa continental (cf. BOURDIEU, 1998a; 2001a)².

A classe social constitui uma categoria analítica fundamental em grande parte da pesquisa de Bourdieu – tanto que ele é habitualmente incluído entre os principais teóricos contemporâneos da matéria. Apesar da sua importância central, porém, a compreensão específica do conceito de classe que anima a obra de Bourdieu permanece obscura na literatura secundária. Há, na verdade, uma série de razões para a dificuldade incomum em captá-lo:

- Nem a compreensão de Bourdieu sobre classe nem seu aparato conceitual mais geral podem ser identificados com uma única “figura paterna” – quer seja Marx, Weber, Durkheim ou outro luminar menos conhecido – ou com uma tradição de pesquisa descendente de tal figura. Ao contrário, no tocante à classe e à maioria das outras questões, Bourdieu tomou emprestado ao cânone sociológico sempre que necessário.

1. Para uma introdução geral à obra de Bourdieu, cf. Bourdieu e Wacquant (1992) e tb. Swartz (1997), Brubaker (1985) e a coletânea de ensaios em Calhoun, LiPuma e Postone (1993).

2. O envolvimento político, no entanto, não era novidade para Bourdieu (cf. 2002).

- Bourdieu opunha-se profundamente à separação entre teoria e pesquisa – a tal ponto que quase todas as suas inovações conceituais só se desenvolveram no contexto de análises empíricas concretas. Isso cria inúmeras dificuldades para qualquer discussão que pretenda descrever os “fundamentos” de sua abordagem de classe ou qualquer outro objeto sociológico³. Suas proposições analíticas devem ser extraídas, com a mínima distorção possível, dos exemplos de sua aplicação. Além do mais é necessário, em especial quando empreendemos tal descrição num lugar ou tempo diferente daqueles em que Bourdieu escreveu, desemaranhar a substância dessas proposições, separando-a das peculiaridades do contexto em que foram aplicadas.

- Bourdieu absteve-se das orientações metodológicas “positivistas” entincheadas em boa parte da análise de classe de língua inglesa: em uma *œuvre** que se estende por milhares de páginas, praticamente não encontraremos uma só tentativa de esteio nas variadas técnicas padrão. Ao mesmo tempo, no entanto, ele não advogava simplesmente métodos “qualitativos”. Em vez disso, sua pesquisa se baseia num amálgama de dados quantitativos e qualitativos. Uma vez que a lógica explicativa subjacente a esse uso dos dados não é óbvia nem familiar, sua argumentação pode ser difícil de seguir.

- Ao contrário de várias escolas eminentes da análise contemporânea de classe, Bourdieu não recorreu à Teoria da Ação Racional. Na verdade, sua abordagem de classe social difere dessas escolas em dois pontos. Primeiro, sua Teoria da Ação girava em torno do conceito de “*habitus*”, definido como um sistema socialmente constituído de disposições que orientam os “pensamentos, percepções, expressões e ações” (BOURDIEU, 1990a [1980], p. 55). Na sociologia de Bourdieu, a ação gerada pelo *habitus* pode certamente aproximar-se daquela especificada pela Teoria da Ação Racional, mas somente quando situada dentro de um contexto social suficientemente semelhante àquele no qual o *habitus* se formou. A racionalidade, em outras palavras, é a seu ver “*socialmente delimitada*” (BOURDIEU & WACQUANT, 1992, p. 126; BOURDIEU, 1990a [1980], p. 63-64). Em segundo lugar, a abordagem de Bourdieu para classe social também reservava um lugar especial à análise dos sistemas simbólicos – elemento que tipicamente encontra pouco ou nenhum espaço nos modelos fundados no pressuposto da ação racional.

3. Bourdieu mostrava-se no geral cético ante tentativas de delinear, isoladamente do desdobramento empírico, a lógica teórica subjacente a suas obras (referindo-se a tais esforços ironicamente como atitudes “escolásticas”). No entanto, chegou a assumir, ainda que de forma experimental, o esclarecimento teórico de vários conceitos. Aí se incluem, no tocante à classe social, Bourdieu, 1987; 1990b, p. 122-139; 1991, p. 229-251; 1998b [1994], p. 1-18.

* Obra – em francês no original [N.T.].

Dados esses obstáculos, uma elaboração da abordagem de Bourdieu sobre classes sociais não pode ser reduzida à apresentação de uma lista de proposições axiomáticas. Ao contrário, tal elaboração deve, primeiro e sobretudo, tomar como ponto de partida um exercício concreto de análise de classe. No caso de Bourdieu, isso implica focar o hoje clássico estudo sobre a *Distinção: crítica social do gosto* (1984; originalmente publicado em 1979). É no contexto de um exame desse estudo (suplementado, com certeza, por um balanço de obras relevantes anteriores e posteriores) que podemos confrontar o aparato conceitual único de Bourdieu e seus métodos incommuns de trabalhar os dados.

Temas preliminares

Com base nos dados coletados na França nas décadas de 1960 e 1970, a *Distinção* tem como objeto a relação entre classes sociais e grupos de *status*, estes entendidos, de acordo com a definição de Weber, como coletividades de estilo de vida uniforme⁴. Antes de discutir o texto, porém, duas preocupações básicas que motivam muitos dos aspectos diferenciais da abordagem de Bourdieu sobre classe social podem ser especificadas. Referem-se (1) à importância e ao papel que exerce aí a análise dos *sistemas simbólicos* e (2) à questão das *fronteiras* entre as classes.

Em um artigo precoce que esboçava muitos dos argumentos que mais tarde apareceriam na *Distinção*, Bourdieu adota explicitamente as conhecidas definições de Weber para “classe” e “grupo de *status*”:

tudo parece indicar que Weber distingue classe e grupo de *status* como dois tipos de unidades *reais* que existiriam juntas mais ou menos frequentemente de acordo com o tipo de sociedade [...]; [no entanto], para dar às análises de Weber toda a sua força e impacto, é necessário vê-las, porém, como unidades *nominais* [...] que são sempre o resultado de uma opção entre ressaltar o lado econômico ou o simbólico que sempre coexistem na mesma realidade [...] (BOURDIEU, 1966, p. 212-213 – acréscimos meus e destaques alterados).

Bourdieu interpreta, pois, a distinção de Weber entre classe e *status* como uma distinção entre o material (“econômico”) e o simbólico. Sustenta, além disso, que as duas coisas não devem ser vistas como tipos alternativos de estratificação que geram formas diferentes de coletividades sociais. Ao contrário, a distinção entre classe e grupo de *status* deve ser vista puramente como uma conveniência analítica – a qual, aliás, Bourdieu inclina-se a desaprovar. Dai resulta a insistência de que a análise de classe não pode ser reduzida à análise das relações econômicas; ao contrário, ela implica *simultaneamente* uma análise das relações simbólicas, em linhas gerais segundo a definição de *status* dada por Weber.

4. Como diz Weber, “a honra do *status* normalmente é expressa no fato de que acima de tudo espera-se um *estilo de vida* dos que desejam pertencer ao círculo” (1958, p. 187).

Além de afirmar que a análise de classe tem tanto uma dimensão econômica quanto simbólica, Bourdieu também rejeita um dos aspectos mais fundamentais da Teoria de Classe Social que é a obrigação de demarcar e separar as classes *a priori*. As razões dessa rejeição ficam visíveis em observações como a que segue:

Inúmeros estudos das “classes sociais” [...] meramente elaboram as questões práticas a que são forçados os que detêm poder político. Os líderes políticos são continuamente confrontados com os [...] imperativos práticos gerados pela lógica da luta no campo político, tais como [...] a necessidade de atrair o maior número possível de votos ao mesmo tempo garantindo que seu projeto é irreduzível aos de outros líderes. Assim são condenados a levantar o problema do mundo social na lógica tipicamente substancialista das fronteiras entre grupos e do tamanho do grupo que querem mobilizar [...] (BOURDIEU, 1991, p. 246).

Por uma série de razões, Bourdieu foi levado a dissociar a sociologia das classes do projeto de identificar teoricamente as fronteiras entre classes. Em primeiro lugar, a argumentação sobre as fronteiras que separam uma coletividade social de outra é uma forma fundamental de conflito político, e ao longo de toda a sua carreira Bourdieu aderiu a uma visão da ciência social que repudiava a mistura de interesses científicos e políticos (sobre isso, cf. tb. DONNELLY, 1997)⁵. Em segundo lugar, ele sustenta que ao traçar fronteiras antes do tempo os sociólogos também correm o risco (na sua prática de pesquisa e possivelmente até na teoria) de tratar as classes como “entidades autossustentadas [...] que são ‘pré-formadas’ e só depois [...] [entram em] fluxos dinâmicos [...]” (EMIR-BAYER, 1997, p. 283) ou, em outras palavras, segundo uma lógica “substancialista”. Ambas as objeções decorrem, em parte, da antipatia de Bourdieu pelos argumentos (frequentes nas décadas de 1960 e de 1970) sobre as “verdadeiras” linhas divisórias entre as classes – sobretudo entre a “classe média” e o proletariado – e as implicações políticas do traçado dessas linhas. Contra as premissas fundamentais desses argumentos, Bourdieu insiste veementemente que “a questão com a qual deve começar toda sociologia” é “a da existência [...] e do modo de existência dos coletivos” sociais (BOURDIEU, 1991, p. 250). Como veremos, a implicação dessa questão é que as fronteiras devem ser entendidas mais em termos de *práticas sociais* do que de *conjectura teórica*.

Identificadas essas preocupações fundamentais, podemos passar à discussão da *Crítica do gosto*. A seção seguinte (II) fornecerá um esboço inicial de como Bourdieu entende classe, abstraindo necessariamente toda a sua complexidade. Isso servirá para colocar em foco a tenacidade com que persegue a questão da

5. Assim, na sua *Crítica do gosto*, Bourdieu declara que “muitas das palavras que a sociologia utiliza para designar as classes que constrói são tomadas de empréstimo ao uso comum, em que servem para expressar a visão (geralmente polêmica) que um grupo tem de outro” (BOURDIEU, 1984 [1979], p. 169).

“existência [...] e do modo de existência dos coletivos”. Ao fazê-lo, apresentaremos necessariamente elementos do formidável acervo conceitual de Bourdieu, incluindo as noções centrais de capital, *habitus* e campo. A seção subsequente (III) voltará a questões inicialmente deixadas de lado, para dar uma visão mais abrangente. Abordará, em especial, a questão de como diferentes formas de dominação social estão relacionadas entre si na obra de Bourdieu e como evoluíram suas visões no curso da carreira.

A Teoria de Classes de Bourdieu

Bourdieu descreve a *Distinção: crítica social do gosto* como “um esforço para repensar a oposição que Max Weber faz entre classe e Posição” (1984 [1979], p. xii). Como vimos, esse esforço ocupou-o desde os anos de 1960, em especial porque levantava a questão da relação entre o econômico e o simbólico. Para Bourdieu, diferenças de *status* (i. é, de estilos de vida) podem ser vistas como manifestações de diferenças de classe. Para avaliar esse pressuposto, ele elabora um argumento explicativo postulando, primeiro, uma ligação causal entre a situação de classe e o “*habitus*” e, segundo, uma relação “expressiva” entre *habitus* e uma variedade de práticas em diversas áreas de consumo, práticas simbolicamente coerentes na formação de um todo (um “estilo de vida”). Em terceiro lugar, no entanto, Bourdieu também afirma que essas práticas servem para a constituição de coletividades sociais – isto é, “grupos de *status*” – ao estabelecerem fronteiras simbólicas entre indivíduos em diferentes situações na estrutura de classes. O processo pelo qual isso se dá é conflituoso, tomando a forma do que ele chama de “luta classificatória”. E, por fim, Bourdieu demonstra que essa luta vem a ser apenas uma das muitas modalidades através das quais esse “poder simbólico” é exercido.

Estrutura de classe

Para começar, deve-se reconhecer que para Bourdieu a noção de estrutura de classe envolve toda a divisão ocupacional do trabalho. Isso implica que ele dá à noção um alcance consideravelmente mais amplo do que dão as teorias marxistas, que restringem a estrutura de classe a um sistema de posições definidas em termos da propriedade e/ou controle dos meios de produção. Consequentemente, Bourdieu não é confrontado pelo problema sobre o qual fracassaram tantas teorias marxistas – a saber, o de definir como lidar com todas as posições na divisão do trabalho que não podem ser caracterizadas (ou não o podem de maneira “adequada” ou “satisfatória”) segundo a divisão canônica entre “proprietários” e “trabalhadores”. Assim, seu modelo efetivamente engloba não apenas as ocupações de “classe média” que foram fonte de tanto sofrimento na tradição marxista, mas também as que pairaram à margem da maioria dos esquemas analíticos de classe, incluindo posições na administração pública e

no “aparelho” de Estado, as chamadas “profissões liberais” e – por fim, mas não menos importantes – os intelectuais, artistas e outros “produtores culturais”.

Na visão de Bourdieu, a divisão ocupacional do trabalho forma um *sistema*. Isso implica que as posições na divisão do trabalho são diferenciadas umas das outras e, portanto, relacionadas entre si por fatores teoricamente significativos. Para Bourdieu, esses fatores derivam da distribuição de “capital”. Ele encara como capital “o conjunto de recursos e poderes efetivamente utilizáveis” (1984, p. 114). Insiste, além disso, que existem múltiplas *espécies* de capital que não podem ser enfeixadas num único conceito genérico. No contexto que nos interessa aqui, os tipos mais importantes são o capital econômico e o capital cultural (cf. BOURDIEU, 1986; BOURDIEU & WACQUANT, 1992, p. 117-120)⁶. Ao longo de sua carreira Bourdieu normalmente tratou o significado do primeiro conceito como mais ou menos autoevidente, ao passo que o último foi objeto de extensa elaboração (e deu origem a extenso debate). Para simplificar, a noção de capital cultural refere-se meramente a uma “competência” culturalmente específica, embora com distribuição desigual e de eficácia – enquanto “recurso” ou “poder” – num determinado cenário social (cf. LAREAU & WEININGER, 2003). Em sociedades altamente diferenciadas, dois agentes sociais são primordialmente responsáveis por “inculcar” capital cultural: a família e a escola. Sua característica mais fundamental reside no fato de que, por ser incorporado, sua aquisição requer um investimento de tempo (BOURDIEU, 1986, p. 244-246)⁷.

Bourdieu desenvolve assim o seu modelo de estrutura de classe através de uma análise de dados de pesquisa que incluem ampla variedade de indicadores sobre o capital econômico e cultural possuído por indivíduos em posições distribuídas por todo o sistema ocupacional. O modelo pode ser entendido como um espaço fatorial constituído por três eixos ortogonais⁸. O primeiro (e mais impor-

6. Bourdieu é bem conhecido também por ter identificado uma terceira forma de capital, o “capital social” (cf. BOURDIEU, 1986). Para ele, essa forma de capital é de importância secundária na análise das sociedades capitalistas, mas teve um papel mais central nas suas discussões ocasionais sobre as sociedades socialistas de Estado (cf. BOURDIEU, 1998b [1994], p. 14-18).

7. O capital cultural pode também existir de forma “objetivada” – isto é, sob a forma de objetos materiais cuja produção ou consumo pressupõe um *quantum* de capital cultural incorporado. E pode ocorrer de forma “institucionalizada”, quer dizer, como competência incorporada certificada por um agente oficial com autoridade para legalmente “garantir” sua existência – ou seja, sob a forma de credenciais culturais (BOURDIEU, 1986). Uma das principais características do capital cultural, segundo Bourdieu, é sua possível hereditariedade; como tal, ele pode dar contribuição substancial à reprodução de geração a geração da distribuição de indivíduos pelas posições de classe, uma vez que “as condições sociais de sua transmissão e aquisição são mais disfarçadas que as do capital econômico” (BOURDIEU, 1986, p. 245).

8. A técnica estatística preferida de Bourdieu é a Análise de Múltipla Correspondência (AMC), similar à análise fatorial, mas usada com variáveis categoriais. Uma característica da AMC de particular interesse para ele é o fato de que casos individuais preservam suas “identidades” de categoria dentro do espaço fatorial. Isso torna possível localizar a dispersão dos membros de cada categoria ocupacional dentro do espaço (cf. o resumo dos resultados de uma análise desse

tante) eixo diferencia posições no sistema ocupacional segundo o *volume* total de capital (econômico e cultural) possuído por seus titulares. Para Bourdieu, a situação de classe é uma função da posição nesse eixo. Assim, seus dados indicam que integrantes de certas categorias, como os industriais, os executivos do setor privado e os professores universitários, ocupam lugares que se sobrepõem na extremidade superior do eixo e partilham, portanto, a mesma situação de classe; Bourdieu refere-se, pois, a essas categorias coletivamente como “classe dominante” (ou, por vezes, “burguesia”). De forma semelhante, os trabalhadores manuais e agrícolas ocupam lugares que se sobrepõem na outra extremidade do eixo, o que indica que partilham uma situação oposta à das ocupações que constituem a classe dominante; essas categorias são coletivamente designadas como a “classe operária” (ou “*classes populares*”^{*}). Nas posições intermediárias encontramos categorias ocupacionais que se sobrepõem, como os pequenos empresários, técnicos, secretárias, professores do ensino fundamental, coletivamente designados pelo termo “pequena burguesia” (cf. BOURDIEU, 1984 [1979], p. 128-129).

O segundo eixo no espaço fatorial diferencia posições dentro das situações de classe. Bourdieu refere-se a posições opostas ao longo desse eixo com a expressão marxista “frações de classe”. Essa terminologia, no entanto, não deveria ser interpretada segundo as teorias marxistas, pois o significado que atribui a ela está longe do escopo marxista. Para Bourdieu, as classes são divididas internamente segundo a *composição* do capital possuído pelos que exercem suas ocupações – isto é, a relativa preponderância do capital econômico ou cultural no “conjunto dos recursos e poderes efetivamente disponíveis”. Assim, as categorias ocupacionais dentro da classe dominante são diferenciadas entre si de tal modo que os professores universitários e “produtores culturais” – ocupações cujos titulares detêm o maior capital cultural e o menor capital econômico – se opõem aos industriais e grandes comerciantes – ocupações cujos titulares detêm uma preponderância de capital econômico, mas um capital cultural relativamente pequeno. Em posição intermediária entre esses dois polos estão as profissões liberais, cujos titulares exibem uma estrutura de bens relativamente simétrica. De maneira similar, a pequena burguesia é diferenciada ao longo do segundo eixo entre proprietários de pequenos negócios, que primordialmente detêm capital, e professores do ensino fundamental, que detêm primordialmente capital cultural. Categorias intermediárias entre eles incluem técnicos, empregados de escritório, secretárias⁹.

tipo em BOURDIEU, 1984 [1979], p. 128-129, e modelos “completos” nas p. 262 e 340). Para uma interessante discussão do uso da AMC por Bourdieu, cf. Rouanet, Ackermann e Le Roux (2000).

^{*} Populares – em francês no original [N.T.].

9. Bourdieu é incapaz de diferenciar frações dentro da classe operária com base nos dados de que dispõe; permanece firmemente convicto, no entanto, que melhores dados permitiriam traçar contrastes (BOURDIEU, 1984 [1979], p. 115).

A divisão ocupacional do trabalho é diferenciada ao longo de um terceiro eixo, que equivale a um tratamento quase estrutural do tempo. Gerado fundamentalmente por indicadores do capital econômico e cultural da família de origem, esse eixo diferencia posições de acordo com as *trajetórias* de seus titulares – ou, em outras palavras, de acordo com as mudanças ou estabilidade no volume e composição do seu capital ao longo do tempo. Aqui os dados de Bourdieu revelam, por exemplo, maior probabilidade de os profissionais liberais terem nascido na burguesia do que quaisquer outros integrantes dessa classe. Pode-se notar que tal abordagem abre uma interessante área para a investigação da mobilidade: além dos movimentos verticais (ao longo do primeiro eixo), a mobilidade pode também envolver movimentos “horizontais” ou “transversais” (ao longo do segundo eixo) – isto é, a situação de classe de um indivíduo e sua posição específica são simultaneamente variáveis com o tempo. Bourdieu refere-se à última espécie de movimento, na qual a preponderância de um tipo de capital dá lugar ao outro, como “conversão” de capitais¹⁰.

O modelo que Bourdieu constrói assim da divisão ocupacional do trabalho pretende ser entendido como uma estrutura de posições objetivas – isto é, como posições “ocupadas” por indivíduos, mas que existem de forma “semir-real” (BOURDIEU & WACQUANT, 1992, p. 27) independentemente deles. Enquanto tal, Bourdieu denomina-o *espaço social* da formação analisada. É um modelo que pretende representar um sistema único de relações objetivas entre as várias possíveis combinações dos “recursos e poderes” mais importantes naquela formação social e sua evolução ao longo do tempo. Distancia-se assim de forma considerável dos modelos desenvolvidos pelas tradições mais conhecidas da análise de classe. O espaço social de Bourdieu distancia-se deles especialmente pelo fato de que os três eixos que o constituem – volume, composição e trajetória – são vistos como dimensões *contínuas*, tanto de um ponto de vista metodológico quanto teórico (BOURDIEU, 1990a [1980], p. 140). Isso implica que o modelo não postula quaisquer linhas inerentes de clivagem definindo limites estruturais entre as classes e que, portanto, dentro “[d]esse universo de continuidade” a identificação de situações de classe (ou fração) distintas equivale apenas a uma conveniência heurística (cf. BOURDIEU, 1984 [1979], p. 258-259, 339). De maneira correlata, embora o fato de Bourdieu conceituar espaço social em termos gradativos pareça refletir os modelos de “estratificação” nos quais a ordem ocupacional é entendida como uma escala contínua de posições (diferenciadas, p. ex., segundo as recompensas que oferecem), mesmo assim está a grande distância deles em virtude da sua configuração.

10. A mobilidade ao longo do eixo “horizontal” da estrutura é governada pelo que Bourdieu chama de “índice de conversão” predominante entre os diferentes tipos de capital (p. ex., os custos e benefícios predominantemente econômicos ligados à educação). Esse índice é historicamente variável, sendo produto de conflitos entre os que detêm a preponderância de um ou outro tipo de capital.

ração *multidimensional* (cf. BOURDIEU, 1984 [1979], p. 124-125; cf. tb. 1991, p. 244-245). Como dissemos, isso abre caminho para uma análise das formas de mobilidade (“conversão” de capitais) que esses modelos ignoram; e, como mostraremos, também para uma análise das formas de conflito que tais modelos são incapazes de reconhecer¹¹.

Habitus de classe

Uma relação causal *indireta* entre as posições no espaço social e as práticas é estabelecida por Bourdieu através do conceito de *habitus*, que no seu esquema explicativo fornece uma mediação essencial: “classe social, entendida como um sistema de determinações objetivas, deve ser relacionada não ao indivíduo ou à ‘classe’ enquanto conjunto populacional, isto é, como um agregado de [...] indivíduos, mas ao *habitus de classe*” (BOURDIEU, 1977 [1972], p. 85 – destacados). Esse conceito, mais que qualquer outro do repertório de Bourdieu, deu origem a um debate metateórico perpétuo. No contexto que nos interessa, tais discussões podem ser ignoradas sem problemas, de modo a abordarmos a questão do *habitus* sob um ponto de vista afinado com o da *Crítica do gosto* e da análise de classe ali empreendida.

Bourdieu descreve como propósito fundamental do conceito “escapar tanto ao objetivismo da ação entendida como reação mecânica ‘sem um agente’ quanto ao subjetivismo que retrata a ação como propósito deliberado de uma intencionalidade consciente [...]” (BOURDIEU & WACQUANT, 1992, p. 121)¹². Acima de tudo, a noção de *habitus* designa um sistema de *disposições* socialmente constituído. Como tal, implica uma perspectiva segundo a qual as ações não são geradas nem pela explícita observação de normas (i. é, pela subsunção consciente da situação da ação a uma “regra” moral impositiva) nem por um cálculo racional (i. é, pela estimativa de riscos e recom-

11. A concepção de espaço social de Bourdieu assemelha-se de fato à orientação “desagregadora” da análise de classe desenvolvida por Grusky e Sorensen (1998), como eles próprios reconhecem, pelo menos na medida em que ambas estão centradas no sistema ocupacional. No entanto, diferenças substanciais devem ser indicadas. Em especial, embora Grusky e Sorensen queiram argumentar que as ocupações partilham muitas das propriedades tradicionalmente atribuídas às classes, é difícil ver como, no modelo deles, se possa falar de uma *estrutura* ocupacional – por analogia à noção tradicional de *estrutura de classe*. Isso porque não estão dispostos a especificar um princípio (ou princípios) de variação ou diferenciação que poderia(m) estabelecer relações teoricamente significativas entre o conjunto total de posições dentro do sistema ocupacional. Dito de maneira simples, a abordagem deles carece de uma identificação análoga à de Bourdieu das dimensões de volume, composição e trajetória como constitutivas do espaço social. Assim, pode-se questionar a adequação geral do uso que fazem do termo *classe*.

12. Cf. tb. Bourdieu e Wacquant (1992, p. 136): “[a] noção de *habitus* atende ao fato de que os agentes sociais não são nem partículas de matéria determinadas por causas externas nem pequenas mônadas guiadas unicamente por razões internas a executar uma espécie de programação interior de ação perfeitamente racional”.

pensas prováveis de diferentes cursos de ação possíveis). Em vez disso, em afinidade com o pragmatismo filosófico, uma compreensão das disposições implica que em circunstâncias “típicas” a ação pode produzir-se em base *pré-reflexiva* – em outras palavras, sem recurso à reflexão consciente sobre regras ou estimativas de resultados. A noção de *habitus*, porém, não deve ser confundida com a de “hábito” (no sentido comum), segundo a qual a ação só seria capaz de abster-se da reflexão na medida da repetição rotineira. Ao contrário, as disposições podem gerar ações – ou, como Bourdieu prefere, práticas – altamente espontâneas e inventivas. Seus exemplos ilustrativos preferidos são tomados à música e ao esporte: um músico de qualidade é capaz de improvisar dentro do contexto de determinada estrutura harmônica sem ter que ensaiar mentalmente variações alternativas antes de efetivamente executá-las; da mesma maneira, um tenista competente avançará à rede para ganhar um ponto sem ter que avaliar as consequências prováveis dessa estratégia em comparação a outras antes de avançar de fato (cf. BOURDIEU, 1990b, p. 11; 1990a [1980], p. 52-65; BOURDIEU & WACQUANT, 1992, p. 19-22). Na verdade, nem o cálculo racional nem a consideração intencional das regras estão prescritas na metateoria de Bourdieu; no entanto, são consideradas fontes “derivativas” da prática, no sentido de que é mais provável que ocorram quando o *habitus* se vê compelido a lidar com um ambiente não familiar (p. ex., quando um músico clássico experiente aceita tocar com um conjunto de jazz).

O *habitus*, para Bourdieu, é formado de maneira diferenciada segundo a posição de cada ator no espaço social; é portanto empiricamente variável e específico de uma classe (no sentido que Bourdieu dá ao termo). Ao examinar este ponto, temos que começar reconhecendo que, para Bourdieu, o processo pelo qual se constitui o *habitus* não está situado – ou pelo menos não primordialmente situado – no local ou “ponto de produção”. Em outras palavras, embora para Bourdieu o sistema ocupacional constitua o núcleo institucional da “estrutura de classe”, não é nem o mercado de trabalho nem o chão da loja (ou o cubículo do escritório) que funciona como o lugar em que se desenrolam os processos causais geradores de um *habitus* específico de classe. Ao contrário, de acordo com Bourdieu, cada situação no espaço social – isto é, cada combinação de volume e composição de capital – corresponde a um conjunto particular de condições de vida que ele chama de “condição de classe”¹³. Enquanto tal, a expressão busca indicar as condições específicas nas quais foi formado o *habitus* e, em

13. Cf. Sørensen (neste livro) sobre a distinção entre concepções de classe baseadas na noção de condições de vida e as baseadas na noção de exploração. Na visão de Sørensen, as primeiras precisam apoiar-se na noção das últimas sobre interesses antagônicos “objetivos” – mas tipicamente “latentes” – para dar conta de processos de formação de classe (p. ex., a ação coletiva dos integrantes de uma classe). Como mostraremos, Bourdieu tem uma visão inteiramente diversa sobre esse processo.

especial, a experiência da necessidade material¹⁴. De acordo com Bourdieu, a experiência da condição específica de classe que caracteriza determinada situação no espaço social imprime no indivíduo um conjunto particular de disposições.

Tais disposições equivalem ao que Bourdieu às vezes chama de “fórmula geradora”. Ele as define como “um sistema adquirido de esquemas geradores [...] [que] torna possível a [...] produção de [...] pensamentos, percepções e ações” (BOURDIEU, 1990a [1980], p. 55). Esses esquemas capacitam os atores a perceber sua situação específica e seus elementos como significativos e a seguir – tipicamente sem reflexão ou cálculo – um curso de ação “apropriado” a ela. (É por isso que, argumenta Bourdieu, as regularidades da ação observada pelos cientistas sociais com frequência parece resultar da aderência a normas ou de decisão racional.) Essa capacidade, por um lado, é *limitada*: quanto mais a situação da ação se afasta das condições em que se constituiu o *habitus*, tanto mais provável é que ele se torne ineficaz (uma espécie de anomia individual). Por outro lado, porém, os “esquemas” que compreendem o *habitus* são *transponíveis*: dentro dos limites constituídos pelas condições de sua formação, eles são plenamente capazes de operar através de diferentes domínios da vida social e, portanto, de conferir uma *unidade* a práticas “fenomenalmente diferentes”. Uma forma na qual essa unidade é realizada – e a essencial na *Distinção* – é o fenômeno do *gosto*.

Práticas de classe

Como notamos acima, a questão fundamental da sociologia para Bourdieu é “a da existência [...] e do modo de existência dos coletivos”. Um dos pressupostos subjacentes à *Distinção*: *uma crítica do gosto* é o de que as coletividades sociais são hoje formadas primordialmente na arena do consumo. Com efeito, esse pressuposto constitui o pano de fundo da importância que Bourdieu atribui ao estilo de vida. O passo seguinte no processo explanatório leva então à análise de uma grande variedade de dados sobre práticas e preferências de consumo, incluindo as que têm a ver com formas “canonizadas” de cultura (arte, literatura, música, teatro etc.) e as que pertencem à cultura num sentido mais amplo e antropológico do termo (comida, esportes, jornais, vestuário, decoração etc.). Fazendo uma análise desses dados, Bourdieu é capaz de demonstrar que os vários indicadores de estilo de vida revelam uma estrutura isomórfica (ou “homóloga”, como ele prefere) à do espaço social. Mais especificamente, pode demonstrar que diferentes preferências e práticas se agrupam em diferentes setores do espaço social (BOURDIEU, 1998b [1994], p. 4-6).

14. A formação inicial do *habitus* ocorre no contexto dos primeiros anos de criação da “educação primeira” de cada indivíduo. Pode ser depois modificada por novas experiências, mas as primeiras experiências têm um grande “peso desproporcional” (BOURDIEU, 1977 [1972], p. 78; 1990a [1980], p. 54, 60).

Como o *habitus*, enquanto “esquemas” de disposições constituídas em sistema, não pode ser observado diretamente, deve ser apreendido de forma interpretativa. Grande parte da *Crítica do gosto* é dedicada, portanto, a um estudo qualitativo das várias preferências e práticas reunidas em cada setor do espaço social – isto é, dentro de cada classe ou grupo – de modo a identificar o “esquema” ou “princípio” específico a elas subjacente e que orienta o dispêndio de capital econômico e cultural, de forma a produzir a coerência semântica de um estilo de vida¹⁵. Assim, Bourdieu demonstra que entre os integrantes da classe dominante emerge um estilo de vida unitário em torno do que ele chama de “senso de distinção”. Esse *habitus* é definido, acima de tudo, por uma sensibilidade estética dominante. Os vários momentos da vida cotidiana oferecem inúmeras ocasiões para expressar essa sensibilidade. Cada uma apresenta, em especial, uma oportunidade de subordinar a função à forma:

Embora seja claro que a arte lhe oferece o campo maior, não há área da prática em que a intenção de purificar, refinar e sublimar os impulsos fáceis e as necessidades primárias não se possa afirmar ou na qual a estilização da vida, isto é, o primado da forma sobre a função, que leva à negação desta, não produza os mesmos efeitos. Na linguagem ela produz a oposição entre a franqueza popular e a expressão altamente censurada da burguesia [...]. A mesma economia de meios se encontra na linguagem corpórea: também aí, a agitação e a pressa, as caretas e a gesticulação se opõem [...] à contenção e impossibilidade que traduzem elevação. Mesmo o campo dos gostos primordiais é organizado de acordo com a oposição básica, fazendo antítese entre quantidade e qualidade, barriga e paladar, matéria e modos, substância e forma (BOURDIEU 1984 [1979], p. 175-176).

Como indica esse trecho, Bourdieu distingue um *habitus* da classe operária que é “antitético” ao da classe dominante: o “gosto pela necessidade” que caracteriza o estilo de vida dos trabalhadores inclina-os a dar absoluta prioridade à função sobre a forma, a insistir numa mensagem moral da arte e a demandar opções que evidenciam uma conformidade com a classe como um todo (vistas como demonstração implícita de solidariedade). Por sua vez, a pequena burguesia exibe um estilo de vida nascido da combinação, por um lado, de uma aspiração ao estilo de vida burguês e, por outro, da insuficiência de capital econômico ou (especialmente) cultural para alcançá-lo. Seus membros são, portanto, incluídos a uma “boa vontade cultural”: carentes de “cultura” (no sentido burguês), eles tendem a abraçar formas estéticas “popularizadas” (p. ex., a ópera “ligeira”) e a se dedicarem a atividades com vistas a um automeelhoramento cultural.

Além disso, Bourdieu demonstra substanciais diferenças dentro da classe dominante e também da pequena burguesia em função de variações na estrutura

de bens ligada a diferentes posições (i. é, de acordo com a composição de capital)¹⁶. Assim, dentro da classe dominante, os que detêm primordialmente capital econômico – os industriais e grandes comerciantes – expressam seu “senso de distinção” através da busca de bens de luxo e de uma opulência cuidadosamente trabalhada, ao passo que seus homólogos – os “produtores culturais” e os professores universitários – expressam esse impulso praticando um “ascetismo” cultural orientado para as formas de cultura intelectualmente mais exigentes (e menos dispendiosas). Bourdieu resume assim essa oposição de *habitus* e estilos de vida:

De um lado, a leitura, a leitura de poesia, de obras filosóficas e políticas, do *Le Monde* e das revistas artísticas ou literárias (geralmente de esquerda); de outro, a caçada e as apostas e, quando há leitura, *France-Soir* ou [...] *Auto-Journal* [...] De um lado, teatro clássico ou de vanguarda [...], museus, música clássica [...], o Mercado das Pulgas, acampar, praticar montanhismo ou caminhadas; de outro, viagens de negócios, almoços caros, teatro comercial [...] e musicais, programas de variedades na TV [...] leilões e butiques, carros de luxo e um iate, hotéis três estrelas e spas (BOURDIEU, 1984 [1979], p. 283).

Situados entre esses dois polos da classe dominante estão os profissionais liberais e (especialmente) os altos executivos, que evitam tanto o luxo escancarado dos grandes empresários quanto o “ascetismo” dos intelectuais, exibindo um estilo de vida construído em torno de compromissos estéticos com o “modernismo”, o “dinamismo” e uma atitude “cosmopolita”: abraçando as novas tecnologias e abertos à cultura estrangeira, veem-se como pessoas “liberadas” e adotam um estilo “relaxado” (BOURDIEU, 1984 [1979], p. 295-315). Bourdieu prossegue mapeando oposições análogas na pequena burguesia, onde as variações na relação entre capital econômico e cultural correspondem a diferentes “modalidades” da “boa vontade cultural” que é a marca dos integrantes dessa classe. Ele também apresenta inúmeras qualificações do estilo de vida que caracteriza para cada classe ou grupo em função de diferenças internas de trajetória.

Os estilos de vida que Bourdieu documenta tão extensamente no seu livro pertencem a um lugar e tempo específicos, de modo que não precisam ser recontados aqui de modo igualmente extenso (para uma discussão que apresenta um pouco do contexto histórico, cf. LANE, 2000, p. 140-165). Em vez disso, podemos simplesmente observar que Bourdieu é capaz de fornecer um compêndio de dados que demonstra não só um isomorfismo entre a estrutura do espaço social e a distribuição das práticas de consumo como também que essa correspondência é mediada por um sistema subjetivo de disposições cuja “expressão” através de múltiplos domínios de consumo confere uma unidade semântica às práticas que garante referência a “estilos de vida” coerentes. Assim, mantendo

16. Lembremos (nota 9 acima) que Bourdieu é incapaz de identificar claramente subdivisões de classe na classe operária, mas insiste que se trata aí de uma deficiência dos seus dados.

a posição de seus primeiros comentários sobre Weber, ele consegue estabelecer uma relação necessária entre classe e *status*. No entanto, tal como apresentada aqui, a análise fica incompleta. Sobretudo porque a apresentação foi essencialmente estática, congelando as práticas estudadas numa espécie de instantâneo fotográfico. Por isso,

devemos ir além desse objetivismo provisório, que ao "tratar os fatos sociais como coisas" reifica o que descreve. As posições sociais que se apresentam ao observador como locais justapostos numa ordem estática de compartimentos discretos [...] são também locais estratégicos, posições fortificadas a defender e capturar num campo de batalha (BOURDIEU, 1984 [1979], p. 244).

Diferenças de estilos de vida estão, para Bourdieu, profundamente implicadas nos conflitos sobre a posição dos indivíduos no espaço social e sobre a própria estrutura desse espaço. Isso implica que os conflitos entre classes e entre frações de classes têm inevitavelmente um componente simbólico. É nessa posição que fica evidente o significado pleno da tentativa de Bourdieu de atrelar "classe" a "status".

Conflitos classificatórios e violência simbólica

O terceiro conceito geral da sociologia de Bourdieu que deve ser apresentado, depois de "capital" e "*habitus*", é o de campo, noção que pretende condensar sua compreensão da estrutura social. Como já vimos, Bourdieu vê a estrutura de classes de uma formação social como uma rede objetiva de posições inter-relacionadas num sistema de distribuição de capital cultural e econômico entre as ocupações. O conceito de campo visa a excluir uma interpretação abertamente estruturalista do espaço social – na qual os indivíduos que "ocupam" as várias posições são reduzidos ao papel de meros "portadores" das relações estruturais nelas envolvidas (cf. BOURDIEU & WACQUANT, 1992, p. 94-115). Nesse contexto, o termo pretende lembrar um campo de batalha ou de jogo e, mais especificamente, o fato de que os indivíduos confrontados entrarão em conflito ou competição entre si utilizando suas posições mais ou menos vantajosas (BOURDIEU & WACQUANT, 1992, p. 16-18). Com base nisso, o espaço social de Bourdieu pode também ser chamado de "campo das classes sociais" (p. ex., BOURDIEU, 1984 [1979], p. 345; 1991, p. 41). No contexto da *Crítica do gosto*, isso quer dizer que os estilos de vida estão implicados nas lutas sociais.

Aspectos de um estilo de vida como a cozinha refinada ou uma coleção de antiguidades não são apenas distintos da comida de "sustança" e da decoração produzida em massa. As diferentes formas do mesmo elemento presente nos estilos de vida (móveis, comida etc.) têm relações hierárquicas entre si e, em consequência, os próprios estilos de vida são socialmente ranqueados. Para Bourdieu, o "status" hierárquico de um estilo de vida está em função de sua pro-

ximidade ou distância da "cultura legítima". Esta última refere-se aos elementos de cultura universalmente reconhecidos como "valiosos", "canônicos" ou de alguma maneira "distintos", insígnies. A composição da cultura legítima, assim entendida, está permanentemente em jogo, é objeto de luta contínua. Dessa forma, por exemplo, quando captadas na relação com o *habitus* subjacente que as gerou, as minúcias características dos estilos burgueses e operários de comer equivalem nada menos que a "duas visões de mundo antagônicas [...] duas representações da excelência humana" (BOURDIEU 1984 [1979], p. 199).

Bourdieu identifica pelo menos duas modalidades em que se dão os conflitos sobre a "cultura legítima". A primeira segue o modelo sociológico bem estabelecido do "efeito do corrimento". Segundo a interpretação que ele faz desse modelo, existe uma competição permanente sobre a apropriação dos objetos ou práticas mais "distintos". Inicialmente apropriados pelos que detêm maior capital econômico e/ou cultural – isto é, a classe dominante ou uma de suas frações – tais objetos ou práticas com o tempo se difundem pelo espaço social abaixo; no entanto, precisamente na medida em que se tornam cada vez mais "popularizados", os grupos anteriormente devotados a eles tendem a abandoná-los em troca de outros objetos e práticas que lhes permitirão reafirmar uma exclusividade de gosto. Nesse tipo de competição, que é quase imitativa, a classe dominante ou uma de suas frações invariavelmente assume o papel de comando e é a que "dita o gosto" (BOURDIEU, 1984 [1979], p. 247-256). De acordo com Bourdieu, a classe operária, geralmente incapaz de afirmar-se nessas competições, tanto por falta de capital quanto por uma disposição contrária, tende a ficar fora delas, e assim age involuntariamente como ponto de referência negativo ou "isolante" contra o qual a pequena burguesia e a classe dominante podem tentar afirmar sua distinção cultural. Com efeito, na visão de Bourdieu, a incapacidade da classe operária de participar da corrida pela afirmação das formas de cultura cuja legitimidade seus integrantes, no entanto, reconhecem (ao menos implicitamente) é tão grande que se pode dizer que eles estão "imbuídos de um senso de sua inutilidade cultural" (BOURDIEU, 1984 [1979], p. 251)¹⁷.

* Em inglês, *trickle-down effect*, proveito que escorre secundariamente para as classes inferiores do enriquecimento das classes superiores [N.T.].

17. Bourdieu teria tido talvez que modificar seu retrato inegavelmente duro da pobreza e passividade culturais da classe operária se tivesse sido capaz de identificar as diferentes frações dessa classe que sua teoria postula, pois isso teria compelido à análise dos conflitos intestinos da classe. No entanto, mesmo que se julgue esse aspecto da *Distinção*, devemos lembrar que a premissa de uma hierarquia de estilos de vida não pode ser falsada simplesmente apontando-se a canonização de formas de cultura "populares" (ou outrora "populares"). Bourdieu é plenamente cômico desses fenômenos, mas argumenta que a consagração de formas culturais da classe operária inevitavelmente ocorre através de intelectuais ou artistas; agraciadas de um *habitus* diferente, essas formas culturais passam a carregar um sentido inteiramente diferente (cf. BOURDIEU, 1984 [1979], p. 47-48, 88, 372-374).

Conflitos sobre a cultura legítima mais ou menos inevitavelmente tomam a forma de um “efeito de corrimento” quando a forma específica de cultura em questão tem sua “consagração” e consequente legitimação reservadas a um grupo extremamente fechado e institucionalmente sancionado de “especialistas” ou “profissionais” (BOURDIEU, 1990a [1980], p. 138).¹⁸ Um caso paradigmático é o das belas-artes, com seus espaços institucionais altamente circunscritos (departamentos universitários, museus, galerias, leiloeiros etc.) e seus meios de comunicação (publicações especializadas, palestras) e redes interpessoais (“panelinhas” de artistas e jornalistas) também muito restritivos. Embora bastante incommuns na descrição que ele faz da relação da classe operária com a cultura, em domínios culturais menos rigidamente circunscritos Bourdieu parece detectar lampejos de um conflito cultural alternativo. Nesses casos, a própria legitimidade é contestada:

A arte de comer e beber permanece uma das poucas áreas em que as classes operárias desafiavam explicitamente a legítima arte de viver. Face à nova ética da sobriedade [...] que tem maior reconhecimento nos níveis mais altos da hierarquia, os camponeses e especialmente os operários industriais mantêm uma ética de convivência indulgente. Um *bon vivant* não é apenas alguém que aprecia comer e beber, mas alguém capaz de entrar na relação generosa e familiar – isto é, simples e livre – estimulada e simbolizada pelo comer e beber em grupo [...] (BOURDIEU, 1984 [1979], p. 179).

A única área da prática da classe operária na qual o próprio estilo alcança estilização é a linguagem, com a gíria [...] que implicitamente afirma uma contralegitimidade, com a intenção, por exemplo, de ironizar e dessacralizar os “valores” da moralidade e estética dominantes (BOURDIEU, 1984 [1979], p. 395; cf. tb. p. 34; 1991, p. 90-102).

A contestação das hierarquias culturais por parte da classe operária permanece rara, sendo mais frequente nos conflitos sobre o estilo legítimo de vida que são travados dentro da pequena burguesia e da classe dominante por frações dessas respectivas classes. No último caso, em especial, conflitos sobre o conteúdo e significado da cultura legítima são a norma, com cada fração buscando atrair o reconhecimento das outras sobre a superioridade de sua própria maneira de ser e viver.¹⁹

18. A “consagração” de objetos e práticas culturais gerada nesses mundos (relativamente) fechados e autônomos não é unânime; ao contrário, para Bourdieu ela está sujeita a conflitos internos acirrados. Isso leva a um complexo conjunto de relações entre os vários atores nesses mundos e os vários “públicos” constituídos pelas diferentes classes e frações de classe (embora a classe operária permaneça quase inteiramente à margem dessa dinâmica). A hipótese-guia de Bourdieu é que as divisões internas nesses mundos são homólogas às que caracterizam os públicos em potencial – isto é, são em linhas gerais isomórficas ao espaço social. Cf. Bourdieu, 1984 [1979], p. 230-244.

19. Bourdieu é frequentemente criticado por enfatizar o primado absoluto de uma forma “erudita” de cultura, de um beletismo hoje obsoleto na França e que nunca foi aplicável nos Estados Unidos e vários outros países. Na verdade, porém, como Lane (2000, p. 148-157) nos lembra de modo convincente, a análise da classe dominante na *Distinção* claramente traça o eclipse (embora

As práticas e objetos constitutivos de um estilo de vida, insiste Bourdieu, não “expressam” meramente os esquemas que compreendem o *habitus*. Apreciar um certo tipo de música é, implícita ou explicitamente, desprezar outras formas de música disponíveis; achar certos tipos de culinária especialmente apetitosos é considerar outros sem graça; ver certas escolas de pintura como instigantes é achar outras fastidiosas. Em cada um desses casos, as práticas ou objetos rejeitados associam-se aos atores sociais neles envolvidos ou que são seus detentores. Para Bourdieu, em outras palavras, a sensibilidade estética que orienta as escolhas cotidianas dos atores em matéria de comida, roupa, esportes, artes plásticas ou música – e que se estende a coisas aparentemente triviais como sua postura corpórea – serve de veículo através do qual *simbolizam a similaridade* ou *diferença social* entre si. Através dos detalhes do consumo cotidiano, em outras palavras, cada indivíduo continuamente se *classifica* e, simultaneamente, a todos os outros como semelhantes ou diferentes. O reconhecimento dessa função simbólica do comportamento diário de consumo abre caminho à análise das “lutas classificatórias” em que Bourdieu vê (1984 [1979], p. 483) “uma dimensão esquecida da luta de classes”.

Como observamos, Bourdieu conceitua o espaço social como um espaço fatorial. Assim, para assinalar algo bastante óbvio, um espaço constituído de eixos contínuos é um espaço *desprovido de fronteiras inerentes*. Consequentemente, é apenas através desses atos constantes e recíprocos de classificação social que nascem as *coletividades*: grupos sociais delimitados resultantes de práticas que buscam simbolicamente demarcar “regiões” do espaço social (BOURDIEU, 1984 [1979], p. 174-175, 476; cf. tb. 1991, p. 120; 1990a [1980], p. 140). Como tais, eles surgem da percepção do espaço social através de simbolizações quase *categoriais* de afinidade e incompatibilidade (a que Bourdieu por vezes se refere como “categoremas” [1984 [1979], p. 475] para indicar que tendem a funcionar num nível pré-reflexivo). Com efeito, para Bourdieu, o simbólico é um “poder

em seus estágios iniciais) do *status* de paradigma atribuído a “cultura erudita”, em favor não da cultura literária dos intelectuais, mas da moderna cultura dos executivos e administradores.

Pode-se observar que estudos sobre o consumo cultural realizados nos Estados Unidos nas últimas décadas indicam a emergência de um novo tipo de hierarquia cultural – que Peterson e Kern (1996) chamam de ideal do “onívoro cultural”. Nessa perspectiva, em vez de entendidas numa relação hierárquica, as diferentes formas de prática ou objeto cultural – p. ex., as várias cozinhas, tradições musicais ou gêneros literários – são vistas como tendo todas seus exemplares meritórios definidos por critérios de avaliação internos de cada “meio cultural” específico e, portanto, mutuamente irreduzíveis. O imperativo social resultante equivale a uma espécie de “cosmopolitismo” cultural, que se encaixa na estrutura de significados imanes e virtudes únicas de uma ampla gama de objetos e práticas. O que precisamos assinalar sobre esse cosmopolitismo é que ele é perfeitamente capaz de funcionar como um veículo de *status* e pressupõe fortemente uma competência de distribuição assimétrica – as duas coisas demonstradas por Bryson (1996), que daí cunha a expressão “capital multicultural”.

discrecionalismo [...] *diacrisis*, *discretio*, separando unidades discretas de contínuos indivisíveis, diferenciando a partir do indiferenciado" (BOURDIEU, 1984 [1979], p. 479). Isso implica que qualquer coletividade social é resultado dos atos simbólicos combinados de autoclassificação de seus membros e da classificação deles pelos outros (e portanto, também, dos excluídos). No entanto, os vários atores não contribuem de modo igual nesse processo de mútua categorização e classificação. Ao contrário, a capacidade de estabelecer as divisões que estruturam a percepção do espaço social não é distribuída nesse espaço de maneira uniforme, uma vez que grande parte da *força* simbólica acumulada por objetos ou práticas que desempenham uma função classificatória deriva de sua relativa proximidade ou distância face à cultura legítima (cf. BOURDIEU, 1991, p. 242; 1990a [1980], p. 139; 1987, p. 11; 1990b, p. 135).

Para Bourdieu, as práticas pelas quais esses processos de mútua classificação se desdobram são guiadas por princípios de gosto alojados no *habitus*, portanto situados abaixo do limiar da consciência reflexiva. No entanto, eles se conformam a uma lógica estratégica (como no exemplo do tenista que sobe à rede). O resultado é que os sociólogos são compelidos a prestar toda a atenção aos "jogos" culturais de aparente trivialidade e às opções rotineiras de consumo da vida cotidiana. A importância plena das lutas classificatórias travadas através dos estilos de vida fica clara tão logo reconhecemos que, antes que possa existir qualquer espécie de "conflito de classe" (no sentido corriqueiro da expressão), tem que primeiro ocorrer processos simbólicos para demarcar as coletividades relevantes – isto é, nos quais cada uma se identifica e identifica seu(s) oponente(s) – e os interesses que possam constituir o objeto do conflito (BOURDIEU, 1990b, p. 138)²⁰.

No entanto, dado que os atores que são objeto de práticas classificatórias ocupam posições específicas no espaço social e que o grau de similaridade ou diferença entre seus *habitus* é uma função da localização deles nesse espaço, segue-se que os esquemas classificatórios não têm todos as mesmas probabilidades de alcançar reconhecimento social. Em outras palavras, independente da força simbólica acumulada por um agente específico que propõe um esquema classificatório, a estrutura do espaço social – que é o *referente real* absoluto de todos esses esquemas – necessariamente condiciona sua factibilidade (BOURDIEU, 1990b, p. 138)²¹. Assim, por exemplo, tentativas de estabelecer simbolicamente

uma crença na unidade de categoria da fração "cultural" pequeno-burguesa, de um lado, e da fração "econômica" da classe dominante, de outro, padecem de uma inerente implausibilidade, uma vez que os atores em questão, separados por largas faixas intervenientes de espaço social, possuem *habitus* altamente divergentes. Simplificando, a probabilidade de dois atores quaisquer pertencerem à mesma categoria social é inversamente proporcional à distância que os separa no espaço social (BOURDIEU, 1991, p. 232). Dito isso, continua verdadeiro, porém, que o próprio espaço social é livre de quaisquer fronteiras intrínsecas. E dada essa estrutura contínua, fica claro que (ao contrário das frequentes acusações de hiperdeterminismo feitas a Bourdieu) a introdução de "divisões" ou fronteiras simbólicas nesse espaço e a consequente formação de coletividades sociais equivalem a um aspecto da prática dos atores que é *irredutível* em termos de causa. Isso tem importantes consequências, a mais significativa das quais o fato de que os contornos das "classes sociais" que emergem dessas práticas de maneira alguma são preestabelecidos: a "divisão" do espaço social pode ocorrer de maneira altamente agregada ou desagregada ao longo de *cada um* dos seus eixos constitutivos, permitindo um infinito número de configurações possíveis (BOURDIEU, 1987, p. 10). Daí, em certas situações pode acontecer que as "diferenças objetivas [...] se reproduzam na experiência subjetiva da diferença" (BOURDIEU, 1987, p. 5); em outras, porém, pode muito bem acontecer que a "vizinhança social [...] tenha toda a chance de [...] ser o ponto de maior tensão" (BOURDIEU, 1990a [1980], p. 137).

Emergindo de práticas que são tematicamente orientadas para fins inteiramente diversos (i. é, para a comida, a arte, a moda etc.), as fronteiras estabelecidas pelos estilos de vida podem não ter precisão alguma. Ao contrário, essas fronteiras são necessariamente indeterminadas e confusas (BOURDIEU, 1991, p. 234). Pela mesma razão, não têm permanência, existindo apenas no fluxo das práticas em curso (BOURDIEU, 1990a [1980], p. 141). São, portanto, inegavelmente fluidas, porosas. No entanto, como "transformações simbólicas

variantes "libertárias" tipicamente levam ainda a supor que os sistemas simbólicos são mais maleáveis e plásticos do que os (ora debilitados) sistemas sociais, o que implica, entre outras coisas, que a identidade resultaria de uma automodelagem reflexiva inteiramente despreendida do "nascimento ou sorte". Aqui mais uma vez Lane (2000, p. 157-159) faz um lembrete útil, assinalando que inúmeros aspectos dessa visão de mundo "pós-moderna" já se encontravam em certas seções da *Discreção*. Fazendo referência sinuosa a alguns filósofos franceses do dia, Bourdieu traçou os contornos de um estilo de vida que postulava a autorrealização através do consumo e uma "recusa a ser fixado num lugar específico do espaço social". Essa pretensão à inclassificabilidade – "uma espécie de sonho de voo social, um esforço desesperado de desafiar a gravidade do campo social" – era característica dos "novos intermediários culturais", ou seja, a fração da pequena burguesia empregada na fabricação de produtos comerciais simbólicos e especialmente os membros dessa fração que, com origens na classe dominante, haviam experimentado uma mobilidade descendente inusitada (BOURDIEU, 1984 [1979], p. 370; cf. p. 152-154, 365-371).

20. Na tradição marxista, a posição que mais se aproxima da de Bourdieu foi desenvolvida por Przeworski (1985). Cf. Weininger (2002, p. 91-93) para uma discussão das diferenças entre as duas.

21. A literatura sobre o cosmopolitismo cultural (nota 19 acima) é suficiente para lançar dúvida sobre essas versões "pós-modernas" que afirmam a completa extirpação de qualquer amarra sociocultural da cultura. Para essas teorias, a eficácia dos sistemas simbólicos, entendidos como o meio pelo qual se produz a "construção social da realidade", não é mais uma função de sua correspondência ou não correspondência ao real (ou mesmo a *qualquer* "real" além deles). As

de diferenças de fato” (BOURDIEU, 1991, p. 238), são cruciais à manutenção ou transformação da estrutura de classe subjacente. Devemos lembrar que as “taxonomias práticas” estabelecidas pelos agentes via efeito simbólico de suas práticas não são meramente “grades” vazias superpostas ao espaço social. As várias práticas e, através delas, os diferentes estilos de vida têm todos uma relação hierárquica com a cultura legítima – isto é, com (esquemáticamente) a cultura canonizada. Por conseguinte, a classificação social é simultaneamente uma concessão social de *honra*, no sentido weberiano. E é tese fundamental de Bourdieu que, precisamente por perceberem uns aos outros primordialmente pelo “*status*” apenso a suas práticas – ou, em outras palavras, através do véu simbólico da honra – é que os indivíduos deixam de perceber a base real dessas práticas: o capital econômico e o capital cultural que estão subjacentes aos diferentes *habitus* e ao mesmo tempo possibilitam a sua realização. Quando diferenças de capital econômico e cultural são percebidas como diferenças de honra, funcionam como o que Bourdieu chamou de capital simbólico (cf. BOURDIEU, 1991, p. 238). Essa função pode ser entendida como uma “teatralização legitimadora que sempre acompanha o exercício do poder” e que “se estende a todas as práticas e em especial o consumo”. Consequentemente, segundo Bourdieu, “[o] próprio estilo de vida dos detentores do poder contribui para o poder que o torna possível, porque suas verdadeiras condições de possibilidade permanecem irreconhecidas [...]” (1990a [1980], p. 139). Na medida em que é este o caso, a falha de percepção do espaço social – que caracteriza tanto os dominantes quanto os dominados, mas para vantagem destes últimos – é também “violência simbólica”.

Do estado prático ao estado objetivo: modalidades de poder simbólico

Para Bourdieu, as fronteiras indefinidas e porosas que surgem do livre jogo das práticas de consumo (implicitamente) antagonônicas equivalem ao que poderia ser chamado de poderes de “classificação primitiva” (cf. DURKHEIM & MAUSS, 1963; BOURDIEU & WACQUANT, 1992, p. 12-15). Tais poderes são apenas uma modalidade particular – embora fundamental – em que a instituição de fronteiras pode ocorrer. Com efeito, sempre que a classificação não é mais deixada exclusivamente ao sabor do “jogo” pré-reflexivo do *habitus*, as fronteiras sociais – e portanto as coletividades que constituem – estão sujeitas a *codificação*. De acordo com Bourdieu, “[c]odificar significa banir o efeito de imprecisão e indeterminação, as fronteiras maltraçadas e as divisões apenas aproximadas, e produzir classes definidas com cortes nítidos, estabelecendo fronteiras firmes [...]” (1990b, p. 82). Isso implica *formalização*: os critérios pelos quais os casos se diferenciam podem ser especificados e as categorias resultantes examinadas de acordo com considerações lógicas (p. ex., saber se a participação em uma categoria impede a possibilidade de participar em outra, como questionam

as discussões sobre a existência de “famílias de classes mistas”). Em contraste com a elasticidade situacional de categorizações sociais geradas exclusivamente por práticas de consumo, fronteiras que passam por codificação gozam de uma precisão definida e, em alguns casos, de permanência e força. A codificação, portanto, equivale a uma “objetivação” ou “cristalização” das divisões que de outro modo poderiam ser geradas apenas espontaneamente. Assim, começando no nível das disposições, a análise de Bourdieu sobre a formação de coletividades abre ao exame um conjunto diverso de fenômenos, aqueles referentes aos processos através dos quais diferenças existentes no “estado prático” transformam-se em “fronteiras” objetivadas. Além disso, por implicar uma transformação na maneira como as fronteiras operam, a codificação também implica uma transformação do poder simbólico que está por trás delas. Com efeito,

[a] capacidade de trazer à existência em estado explícito [...] de tornar público (i. é, objetivado, visível, dizível e mesmo oficial) aquilo que, ainda não tendo alcançado existência objetiva e coletiva, permaneceu em estado de existência individual ou serial [...] representa um formidável poder social, que é o de trazer grupos à existência através do estabelecimento [...] do consenso explícito de todo o grupo (BOURDIEU, 1991, p. 236).

É no curso de uma análise das diferentes modalidades de poder simbólico que emerge plenamente a *política* da classificação.

Podemos notar, antes de mais, que uma codificação elementar ocorre tão logo uma coletividade – e, portanto, tácita ou explicitamente, a fronteira que a separa de outras – acede ao nível do discurso. Como Bourdieu gosta de assinalar, “qualquer afirmação predicativa que tenha ‘a classe operária’ como sujeito esconde uma afirmação existencial (a de que há uma classe operária)” (1991, p. 250). A designação linguística do coletivo, o *nome* (ou *rótulo* social), possibilita que suas fronteiras se tornem um objeto de preocupação temática, uma vez que implica, ao menos potencialmente, um conjunto finito de indivíduos cujos limites podem ser traçados e um princípio de inclusão que pode ser aplicado a casos específicos (cf. BOURDIEU, 1984 [1979], p. 480). Os sentimentos implícitos de afinidade ou incompatibilidade engendrados por semelhanças ou diferenças de estilo de vida – um estado relativamente “serial” de existência – podem então ser articulados; a designação verbal do coletivo capacita um reconhecimento explícito do *status* de inclusão de si mesmo e de outros (“Ele não é classe média, é advogado!”) e assim confere uma dimensão explicitamente coletiva ao senso de identidade pessoal do indivíduo. Além disso, apenas através de uma identidade discursiva sabida e reconhecida pelos membros da classe (ou fração) é que eles se tornam capazes de agir de forma concertada com um propósito específico – isto é, tornam-se capazes de *mobilização*. Assim, as “classes sociais”, tais como tipicamente visualizadas na teoria social – a saber, como grupos que entram em conflito em prol dos “interesses de classe” – são entidades profundamente dis-

cursivas; e na medida em que a preservação ou transformação das distribuições subjacentes de capital econômico e cultural de fato se articula na ação coletiva, o discurso contribui para moldar e remodelar o próprio espaço social. A designação linguística das coletividades, em outras palavras, deve ter o crédito de um poder de “construção social”, uma vez que pode dar à luz uma entidade coletiva com uma existência explicitamente reconhecida e uma capacidade de ação coletiva. No entanto, ela não é de modo algum inteiramente independente das diferenças em estilo de vida: parte da eficácia da designação linguística das coletividades deriva da capacidade que tem o nome de pôr a descoberto clivagens sociais que já estavam dadas na experiência pré-verbalizada e eram, portanto, “familiares”. Além do mais, assim como essas clivagens, o discurso é condicionado pela estrutura do espaço social que é seu substrato último (BOURDIEU, 1990b, p. 138).

Como no caso da diferenciação através das práticas ligadas ao estilo de vida, a categorização discursiva dos indivíduos pode enfrentar resistência, uma vez que cada indivíduo é simultaneamente classificador e classificado. Além disso, também neste registro os indivíduos são dotados de forma desigual da capacidade de impor suas classificações. Tal desigualdade tem consequências particularmente significativas no reino da política (por razões que logo serão esclarecidas). Com efeito, para Bourdieu, a carência de capital cultural da classe operária é tão grave que seus integrantes são, em certa medida, incapazes de fazer – e com frequência não se acham mesmo autorizados a fazer – juízos “deliberativos” para circulação na esfera pública (cf. BOURDIEU, 1984 [1979], p. 397-465). Consequentemente, a autoridade para falar pela classe – articular sua história, suas opiniões políticas, necessidades e demandas – deve ser *delegada* a um grupo de porta-vozes profissionais, eles próprios apoiados por uma organização (o partido ou sindicato) que se dedica ao trabalho de *representar* o coletivo. A classe assim alcança uma forma específica (“metonímica”) de existência “objetivada” na qual a guarda de suas fronteiras e a mobilização de seus membros é continuamente *gerida* por um corpo de “especialistas”: “[a] classe operária existe no e através do corpo de representantes que lhe dão voz audível, presença visível, e na e através da crença em sua própria existência que esse corpo de plenipotenciários consiga impor [...]” (BOURDIEU, 1991, p. 251; cf. tb. p. 173-174).

Bem além da codificação elementar que o discurso proporciona, as instituições sociais podem possuir o poder de instaurar e regular fronteiras constitutivas de classes ou frações de classes com alto grau de solidez e permanência, e podem fazê-lo independentemente dos esquemas classificatórios dos atores sujeitos a sua categorização. As instituições educacionais, que têm o poder de emitir certificados e credenciais, são o exemplo preferido de Bourdieu. Na medida em que carregam um valor mais ou menos universalmente reconhecido no mercado de trabalho, as credenciais estabelecem uma fronteira objetiva entre

seus detentores e não detentores. Ao mesmo tempo, no entanto, o credenciamento também exerce um efeito simbólico, uma vez que implica a introdução de uma *descontinuidade qualitativa* no contínuo de competências culturais: a diferença entre a pessoa com o maior número de erros numa prova e a pessoa com a menor nota suficiente para passar, assinala Bourdieu (1990a [1980]), torna-se uma diferença de *classe*, de qualidade. Categorias sociais como a dos “profissionais liberais” e a dos “operários qualificados”, por exemplo, são em grande parte circunscritas pela autoridade exclusiva do sistema educacional de conceder credenciais e diferenciar os vários tipos de credenciais (“certificados técnicos” versus “graduação”).

As fronteiras que demarcam as coletividades entre si atingem seu mais alto nível de objetivação quando são fixadas na *lei* (BOURDIEU, 1987, p. 13). Aqui encontramos um sistema simbólico plenamente codificado: a lei é interpretada, aplicada e em geral produzida por um corpo de *experts* especialmente treinados, e esses processos são restritos a uma arena institucional na qual são primordiais a coerência e a consistência. Ele assim atinge a condição plenamente formalizada de um *código* (BOURDIEU, 1990a, p. 79-80) e exibe o máximo de precisão. Além disso, as fronteiras legais são *impositivas*, com as transgressões sujeitas a sanção de uma agência “oficial”, isto é, um braço do Estado.

O próprio Estado está no ápice dessa progressão que estamos traçando. Apropriando-se da fórmula de Weber, Bourdieu define o Estado como “monopólio do uso legítimo da violência física e simbólica em determinado território” (BOURDIEU, 1998b [1994], p. 40). Isso significa, sobretudo, que o Estado e só ele detém o direito legítimo de impor princípios classificatórios com validade *compulsória* ou (como no caso das escolas e das credenciais que emitem) de pelo menos *estatuir* a validade desses princípios (cf. BOURDIEU, 1990b, p. 136-137). Além do poder de elaborar e fazer cumprir a lei, o Estado também se envolve em várias formas de categorização social através de agências dedicadas a contar a população e regular várias atividades (p. ex., na esfera econômica, produzindo taxonomias ocupacionais ou regulando as condições de trabalho). Esse poder tem consequências discrepantes para as lutas classificatórias que se desenrolam nos níveis mais baixos de codificação (p. ex., através de discursos de mobilização). Por um lado, o Estado pode inscrever um conjunto de categorizações na ordem social que, em função de seu caráter obrigatório, reduzem o espaço de manobra dos atores sociais. Por outro lado, no entanto, a autoridade do Estado pode ela mesma tornar-se objeto dessas lutas através da petição do coletivo mobilizado a agências e departamentos: “[a] presença ou ausência de um grupo na classificação oficial depende da sua capacidade de se fazer reconhecer, de se fazer anunciar e admitir e, assim, ganhar um lugar na ordem social” (BOURDIEU, 1984 [1979], p. 480-481). O reconhecimento pelo Estado provê “uma definição oficial da própria identidade social” e dessa forma “salva os seus detentores da luta simbólica de todos contra todos” (BOURDIEU, 1991, p. 240). Para além

disso, no entanto, devemos lembrar mais uma vez que as coletividades nascidas das (ou cuja existência é ratificada pelas) ações classificatórias do Estado não podem ser vistas como uma "grade" vazia que se superpõe ao espaço social. Ao contrário, ao estabelecer fronteiras, o Estado também distribui "vantagens e obrigações" (BOURDIEU, 1984 [1979], p. 476-477; cf. ib., 1991, p. 180-181). Assim, por exemplo, no contexto da produção, uma petição bem-sucedida ao Estado pode resultar em exigências de certificados, em exames de licenciamento e outros critérios formais de ingresso que são barreiras ocupacionais geradoras de fechamento e "renda"²². (No entanto, devemos reiterar que, para Bourdieu, a produção – em oposição ao consumo – é de importância secundária como lugar no qual provavelmente ocorrem atualmente a formação de laços de solidariedade e a mobilização coletiva²³.)

Nossa discussão partiu em sequência das fronteiras difusas e flutuantes geradas pelo jogo das práticas de consumo para os limites rígidos e compulsórios autorizados pelo Estado. Entretanto, nem os atores sociais nem os sociólogos que os estudam jamais encontram um mundo simbolicamente indiferenciado. O que quer dizer que a discussão baseou-se numa abstração, em que de início todas as barreiras simbólicas objetivadas foram postas entre parênteses, de modo a traçar a constituição progressiva de classificações começando no estado não codificado (estilos de vida), passando por processos de identificação discursiva, depois de mobilização coletiva, para chegar por fim à "oficialização" pelo Estado (cf. BOURDIEU, 1990a [1980], p. 122-134).

22. Para manter sua concepção "realista" da ordem ocupacional, Grusky e Sorensen (1998, p. 1.195) são levados a caracterizar as classificações ocupacionais construídas pelo Estado como exercícios meramente "nominalistas" que só podem reinvindicar uma base na realidade na medida em que os que exercem as várias ocupações já se mobilizaram e tiveram sucesso numa petição ao Estado para erigir barreiras de entrada. Ao fazê-lo, Grusky e Sorensen deixam de reconhecer que a autonomia substancial normalmente desfrutada pelas agências estatais (em relação aos que são classificados) significa que a construção de seus sistemas classificatórios é provavelmente dirigida da mesma forma pelos interesses dos próprios burocratas do Estado, como demonstraram vários estudos históricos (cf. DONNELLY, 1997 e suas citações). Além do mais, o reconhecimento disso de maneira alguma implica um deslizamento para o nominalismo epistemológico, como eles parecem supor. Precisamente na medida em que é capaz de suscitar *reconhecimento* tanto dos que exercem uma ocupação quanto dos excluídos, essa *imposição burocrática* de uma designação classificatória caracteriza-se como "aquela mágica realidade que (com Durkheim e Mauss) define as instituições como ficções sociais" (BOURDIEU, 1991, p. 251). A questão relevante, como coloca Donnelly (1997, p. 115), é saber "[q]ue consequências podem ter as classificações oficiais para a conscientização e a ação dos sujeitos sociais". Em suma, é necessário reconhecer que, acima e além de ratificar cenários, "arranjos de jurisdição", o Estado faz uma contribuição independente à estruturação da ordem ocupacional – e esse reconhecimento do seu papel não precisa colocar em risco um compromisso com o "realismo" epistemológico.

23. Para um estudo histórico que, extraindo muito do repertório conceitual de Bourdieu, mapeia a emergência de uma nova categoria ocupacional através da mobilização no local de produção e da petição ao Estado, ver a análise da formação dos *cadres* (executivos – em francês no original [N.T.]) por Boltanski (1987 [1982]) e a discussão de Wacquant (1991) a respeito.

O que emerge de uma descrição feita dessa maneira é algo de importância fundamental para Bourdieu: todas as coletividades sociais são "artefatos históricos" (BOURDIEU, 1987, p. 8-9), e para captá-las plenamente a sociologia não tem escolha a não ser "reconstruir o *trabalho histórico* que produziu [as] divisões sociais" pelas quais as coletividades se constituíram (BOURDIEU, 1991, p. 248).

Dito isto, porém, uma vez removidos os parênteses inicialmente colocados para suspender as estruturas simbólicas objetivadas a fim de se traçar a sua gênese, fica claro que o mundo social, tal como o vemos atualmente, está "sempre já" lacerado por inúmeras divisões simbólicas, que vão das difusas às plenamente codificadas. Consequentemente, os atores que se envolvem em mútua classificação – seja através de práticas de consumo, discurso ou qualquer outro meio simbólico – passaram a vida imersos num mundo já classificado. Assim, sua experiência do mundo social sempre foi uma experiência de distinções. E como resultado da imersão (especialmente durante a socialização inicial) num mundo previamente dividido, as estruturas existentes de classificação social foram necessariamente impressas em seus *habitus*. Em outras palavras, o *habitus* também incorpora "princípios de visão e divisão" (BOURDIEU, 1998b [1994], p. 46) absorvidos do ambiente social em que se formou, o que significa uma tendência geral a classificar de determinada maneira as coisas e as pessoas do mundo: "[a]s divisões sociais tornam-se princípios de divisão, organizando a imagem do mundo social" (BOURDIEU, 1984 [1979], p. 471). Isso dá ao *habitus* uma certa tendência à *inércia*, isto é, à reprodução em sua própria prática das estruturas classificatórias encontradas na experiência primeira (cf. BOURDIEU & WACQUANT, 1992, p. 133). Essa propensão é tanto mais frequente quanto mais se encontram registradas na lei as fronteiras entre classes (e frações ou subdivisões de classes), ou seja, quanto mais têm um *status* oficial (BOURDIEU, 1990a [1980], p. 138-139). Mesmo assim, é improvável que as estruturas classificatórias se perpetuem *ad infinitum** sem modificações ou alterações. Isso porque, em primeiro lugar, eventos como transformações econômicas podem alterar a distribuição de capitais. Em segundo lugar, porém, o fato de que o espaço social é tão altamente diferenciado garante a existência de múltiplos sistemas de classificação competindo permanentemente entre si; e é precisamente essa competição que gera a *invenção* simbólica. Bourdieu supõe que "[é] nas posições intermediárias do espaço social, especialmente nos Estados Unidos, que a indeterminação e a incerteza objetiva das relações entre práticas e posições está no máximo e também, consequentemente, a intensidade das estratégias simbólicas" (1990b, p. 133).

* Em latim no original [N.T.].

Dominação multiplicada

Como vimos, a compreensão de Bourdieu sobre classe tem uma série de aspectos que a diferenciam de outros tratamentos do assunto. Esses aspectos incluem sua conceituação da estrutura de classe como um espaço social multidimensional; sua ênfase sobre o consumo, visto como um campo da vida social no qual a posse de capital econômico e cultural pode ser exibida “teatralmente”; e seu foco incansável na dimensão simbólica das práticas, identificadas como ponte indispensável entre *proximidade estrutural*, de um lado, e *coparticipação* em uma classe social (ou fração), de outro. Ao mesmo tempo, no entanto, ao fazermos esta descrição da teoria e da análise de classe de Bourdieu, necessariamente simplificamos, uma vez que todas as outras formas de dominação foram deixadas de lado no mundo social que ele delineia. Vamos, portanto, introduzir neste balanço, a seguir, elementos como região e, especialmente, gênero. Como o pensamento de Bourdieu sobre essas questões desenvolveu-se nos anos seguintes à *Distinção*, vamos primeiro delinear os pressupostos desta obra; depois, trataremos da revisão feita em escritos posteriores, especialmente *Dominação masculina* (2001b [1998]), examinando suas implicações para a compreensão inicial sobre classe.

Causas complexas

A *Crítica do gosto* de maneira alguma tem a ver apenas com o impacto exercido pelas diferenças de capital econômico e cultural sobre as práticas. Ao contrário, vários outros fatores “estratificantes” – incluindo gênero, idade, região e (em menor medida) a etnia – são objeto frequente de discussão. No entanto, enquanto a sociologia convencionalmente considera esses fatores como diversas bases de dominação ou estratificação – que, dependendo da situação específica, podem (ou não) ser efetivas além do fator classe – Bourdieu adota uma abordagem radicalmente diferente. A fim de esclarecer essa abordagem, temos que reexaminar o elo causal que liga o fato de ocupar uma posição específica no espaço social com a formação do *habitus* e, através dele, com práticas específicas. A postura de Bourdieu fica evidente numa descrição do modo como os diferentes aspectos da localização de alguém no espaço social (i. é, volume e composição de capital, trajetória) estão relacionados a uma variedade de características demográficas (gênero, idade, etnia etc.) e como, juntos, esses diferentes elementos afetam o *habitus*:

Para dar conta da infinita diversidade de práticas de maneira tanto unitária quanto específica, temos que romper com o *pensamento linear*, que apenas reconhece estruturas de determinação direta ordenadas de forma simples, e nos empenhar em reconstruir as *redes* de relações entrelaçadas presentes em cada um dos fatores. A *causalidade estrutural de uma rede de fatores* é bem irreduzível aos efeitos acumulados de [...] [um] conjunto de relações lineares [...]; através de cada um dos fatores

é exercida a eficácia de todos os outros [...] (BOURDIEU, 1984 [1979], p. 107 – tradução modificada por este autor).

A “causalidade estrutural” a que se refere Bourdieu pode ser entendida como um sistema de fatores *causalmente interativos* (WEININGER, 2002, p. 68-71). Como dissemos, esse sistema inclui efeitos decorrentes tanto da localização do indivíduo no espaço social quanto de características demográficas. Afirmar que as relações causais são totalmente interativas, como faz Bourdieu, implica que o impacto de cada um desses fatores na formação do *habitus* (e, através dele, nas práticas específicas) varia de acordo com o “valor” de um indivíduo em cada um dos outros fatores. Isso equivale a uma rejeição do que Abbott (2001) denomina “pressuposto dos efeitos principais” em lógica causal – isto é, o pressuposto de que os fatores causais operam de modo independente uns dos outros, a menos que o oposto possa ser demonstrado empiricamente²⁴.

No entanto, Bourdieu também faz uma restrição substancial importante à maneira como o sistema de fatores interativos deve ser conceituado. Tal restrição diz respeito à interpretação das relações interativas. E fica evidente na terminologia que ele escolhe: os fatores decorrentes da localização no espaço social são identificados como “primários”, ao passo que as características demográficas são consideradas fatores “secundários” (cf. BOURDIEU, 1984 [1979], p. 101ss.). Isso indica que, para Bourdieu, as relações interativas devem ser entendidas como alterações induzidas nos efeitos atribuíveis a características demográficas à medida que muda o lugar no espaço social. Mais concretamente, significa que, na interpretação de Bourdieu, o impacto de um fator como o gênero sobre o *habitus* varia de acordo com a localização no espaço social e não vice-versa. A posição de Bourdieu fica visível em observações como esta:

Todo o conjunto das diferenças socialmente constituídas entre os sexos tende a enfraquecer à medida que a pessoa galga a hierarquia social e especialmente rumo ao [...] [polo “intelectual”] da classe dominante, onde as mulheres tendem a partilhar as prerrogativas mais tipicamente masculinas tais como a leitura de jornais “sérios” e o interesse em política, ao passo que os homens não hesitam em expressar interesse e disposição para coisas consideradas em outros níveis, por exemplo, de gosto “efeminado” (BOURDIEU, 1984 [1979], p. 382-383; acréscimo deste autor).

O *habitus* é sempre de “gênero”; no entanto, as consequências disso (para as práticas que produzem) variam de acordo com a posição no espaço social. Assim, volume e composição de capital e trajetória de vida desfrutam de certa primazia: o significado atribuído aos fatores “secundários” é em função da localização no

24. Este aspecto da sociologia de Bourdieu tem geralmente passado despercebido nas interpretações de sua obra em língua inglesa. Mas é reconhecido, porém, na literatura francesa (p. ex., ACCARDO, 1997, p. 191-211).

espaço social; o impacto da localização, ao contrário, não varia sistematicamente em função dos fatores “secundários”. É precisamente tal primazia que Bourdieu resalta ao declarar que “volume e composição de capital dão forma e valor específicos à determinação que os outros fatores (idade, sexo, local de moradia etc.) impõem às práticas” (BOURDIEU, 1984 [1979], p. 107).

O corolário dessa visão meio opaca da causalidade é significativo. Ao afirmar o primado dos fatores relacionados à localização no espaço social para a formação do *habitus*, Bourdieu está atribuindo – meramente em bases metodológicas – uma maior importância a eles na explicação das práticas. Além do mais, está também declarando que são as linhas primordiais em torno das quais vão surgir os conflitos sociais: “grupos mobilizados com base num critério secundário (tal como sexo ou idade) provavelmente vão se manter unidos de maneira menos duradoura e profunda do que os que se mobilizam com base nos determinantes fundamentais de sua condição” (BOURDIEU, 1984 [1979], p. 107) – isto é, com base no volume e composição de capital e na trajetória. Em outras palavras, na “batalha simbólica de todos contra todos”, esquemas baseados em gênero, idade ou categorizações étnicas têm implicitamente menos capacidade de obter reconhecimento do que esquemas (como a classe social) que se mantêm consistentes com os contornos estruturais do espaço social.

Classificações transversais

Em sua obra posterior, Bourdieu abandona a suposição de que as “condições de vida” ligadas à posição no espaço social são determinantes fundamentais do *habitus* que eclipsam fatores “secundários” como o gênero. O que equivaleu a revogar a primazia causal atribuída ao volume e composição de capital e à trajetória de vida. Em seu lugar surge o esboço de uma sociologia consideravelmente mais afinada com as especificidades históricas das diversas bases da dominação social. O que fica mais evidente nos seus escritos sobre gênero.

Livrinho de Bourdieu que mapeia um terreno bastante amplo, a *Dominação masculina* visa apresentar “uma história arqueológica da inconsciência que, sem dúvida construída em um estágio muito antigo e arcaico de nossas sociedades, habita cada um de nós, seja homem ou mulher” (BOURDIEU, 2001b [1998], p. 54). A estratégia analítica que ele segue é incomum: retomando dados de estudos antropológicos anteriores sobre a população pré-moderna de Cabília (no nordeste argelino), tenta explicar a “cosmologia androcêntrica” que se imprime nos *habitus* e, através deles, vem a organizar todas as instituições e práticas. Com o pressuposto de que a dominação de gênero é relativamente transparente nesse universo, tenta em seguida identificar os aspectos “trans-historicamente constantes” em que ela aparece por toda a região do Mediterrâneo fazendo comparação com sociedades contemporâneas.

Em contraste com a *Distinção*, a obra posterior de Bourdieu considera a dominação de gênero “a forma paradigmática da violência simbólica” (BOURDIEU & WACQUANT, 1992, p. 170). Como todas as formas de identidade coletiva, o gênero é resultado de uma classificação social – nesse caso, com base nas “fronteiras místicas” que categorizam os corpos de macho e fêmea (BOURDIEU, 2001b [1998], p. 2; a expressão é tomada de Virginia Woolf). Esse princípio classificatório originou-se, segundo Bourdieu, nos sistemas de parentesco em que o casamento serviu como mecanismo pelo qual as famílias podiam fazer alianças e distribuir prestígio entre si. Nesses sistemas, as mulheres funcionavam como objetos de troca e não como sujeitos, daí seu valor assentar na capacidade de se conformarem ao ideal “androcêntrico” de feminilidade (BOURDIEU, 2001b [1998], p. 42-49; BOURDIEU & WACQUANT, 1992, p. 173-174). (A virilidade é identificada como ideal correspondente aplicado aos homens.) Como esquema simbólico específico incorporado ao *habitus*, o gênero é altamente distinto da classe: construído em torno de uma oposição dualista, ele alcançou uma rigidez e durabilidade que nenhum outro princípio classificatório pode igualar. Isso porque em grande parte o gênero equivale a um sistema simbólico enraizado em “certas propriedades naturais indiscutíveis”, de modo que se “naturalizou” de maneira mais efetiva que qualquer outro – isto é, legitimado pela constituição de uma base aparentemente natural (BOURDIEU, 2001b [1998], p. 13, 23). No contexto deste nosso livro é impossível analisar plenamente a *Dominação masculina* e seu lugar na obra de Bourdieu; em vez disso, gostaria meramente de indicar algumas das revisões (geralmente implícitas) de sua abordagem da relação entre classe e gênero.

Para falar a verdade, a *Dominação masculina* contém mesmo observações, reminiscências do argumento causal da *Crítica do gosto*, em que o caráter das ações sociais vinculado ao gênero sexual é contingente da situação de classe: “As propriedades corpóreas são apreendidas através de esquemas de percepção cujo uso em atos de avaliação depende da posição ocupada no espaço social” (BOURDIEU, 2001b [1998], p. 64). Essas observações, no entanto, são complementadas por outras em que a relação entre classe e gênero muda. Assim, por exemplo, ao descrever a transição analítica do estudo de uma sociedade pré-moderna para o de uma sociedade moderna, vemos Bourdieu declarando:

É com efeito espantoso observar a extraordinária autonomia das estruturas sexuais em relação às estruturas econômicas, dos modos de reprodução em relação aos modos de produção. O mesmo sistema de esquemas classificatórios é encontrado, em seus aspectos essenciais, através dos séculos e em diferentes quadros econômicos e sociais (BOURDIEU, 2001b [1998], p. 81; cf. tb. BOURDIEU & WACQUANT, 1992, p. 174).

Ao reconhecer a dramática continuidade de estruturas de gênero através da história, Bourdieu é levado a atribuir-lhes uma acentuada autonomia em relação

às estruturas econômicas. Ao fazê-lo, rompe nitidamente com o tratamento anterior que deu ao gênero sexual (i. é, com sua qualificação como fator “secundário”). Isso leva Bourdieu a traçar uma agenda de pesquisa centrada em detalhar “a história dos agentes e instituições que [...] contribuem para a manutenção” das estruturas de gênero (BOURDIEU, 2001b [1998], p. 83; destaques em itálico removidos). Entre as instituições implicadas nesse processo de durabilidade estão a Igreja, o Estado e o sistema educacional, assim como a família (BOURDIEU, 2001b [1998], p. 82-88). De fundamental interesse são as formas altamente variáveis com que cada uma dessas instituições *codificou a distinção entre os sexos* no curso da história.

Bourdieu argumenta que, embora os movimentos políticos feministas contemporâneos e recentes tenham dado destaque visível às assimetrias de gênero, “alguns dos mecanismos subjacentes a essa dominação continuam a operar” (BOURDIEU, 2001b [1998], p. 56; cf. tb. p. 88ss.). É na discussão que ele faz desses mecanismos que encontramos as suas mais claras revisões da relação entre classe e gênero:

[S]eja qual for a posição que ocupem no espaço social, as mulheres têm em comum o fato de que são *separadas dos homens por um coeficiente simbólico negativo* que, assim como a cor da pele para os negros ou qualquer outro sinal de inclusão num grupo estigmatizado, afeta negativamente tudo o que elas são e fazem e que é fonte de um conjunto sistemático de diferenças homólogas: apesar da vasta distância entre elas, há algo em comum entre uma diretora administrativa [...] e a operária da linha de produção (BOURDIEU, 2001b [1998], p. 93).

Afirmações como essa indicam claramente que, sustentando a “autonomia” das estruturas sexuais através da história, Bourdieu encara as divisões de gênero como uma força *independente* na estruturação das práticas. Ao mesmo tempo, também aponta inúmeras relações “interativas”, mas já agora vistas como plenamente “simétricas” – isto é, gênero e situação de classe são vistos cada um como fator moderador do efeito que o outro exerce sobre as práticas. Assim, em contraste com a lógica causal que opera na *Distinção*, vemos na *Dominação masculina* observações como a seguinte:

As próprias posições sociais são sexualmente caracterizadas e caracterizadas [...] [A]o defender seus empregos contra a feminização, os homens estão tentando proteger a ideia mais enraizada que têm de si mesmos como homens, especialmente no caso de categorias sociais como a dos trabalhadores braçais ou de ocupações como as militares, que devem muito de seu valor, senão todo, mesmo aos olhos dos que as exercem, à imagem que passam de masculinidade (BOURDIEU, 2001b [1998], p. 96).

O ponto aqui, claro, não é simplesmente que a obra posterior de Bourdieu abraça uma concepção de causalidade que lembra mais de perto a lógica “mul-

tivariada” padrão. O que emerge dessas revisões é uma visão um tanto diferente da “existência [...] e modo de existência dos coletivos”. Ao mesmo tempo em que Bourdieu sempre reconheceu que a classe social, como um princípio simbólico de “visão e divisão”, tinha que competir com outros princípios (incluindo o gênero) na luta classificatória pela qual se constituem as coletividades (cf., p. ex., BOURDIEU, 1987, p. 12), ele lhe deu, no entanto, como vimos, uma primazia metateórica na *Distinção*. Uma vez revogada essa primazia, a classe tem que competir em pé de igualdade, e a arena simbólica se torna muitíssimo mais cacofônica, por assim dizer, especialmente dada a rígida e durável codificação alcançada por princípios de divisão tais como gênero e raça em certas sociedades. Isso é tanto mais verdadeiro porque as complexas *combinações* de dominação geradas pela interseção de diferentes princípios classificatórios não podem mais ser interpretadas de forma automática em termos predominantemente de classe²⁵. Uma implicação disso é que o destino das classes sociais, entendidas como coletividades constituídas através de práticas de classificação social, torna-se mais contingente que nunca das vicissitudes históricas do *curso* de classe social.

Conclusão

Para Bourdieu, “a existência [...] e o modo de existência dos coletivos” é “a questão com que toda sociologia deve começar”. Essa questão permaneceu no centro de sua visão sociológica até o fim da carreira. Com efeito, as modificações que podem ser identificadas na sua obra posterior são plenamente consistentes com esse enfoque geral e, na verdade, servem apenas para aprofundá-lo. Bourdieu sempre supôs que as relações de classe são qualificadas por outras formas de dominação; e ao revogar nos seus últimos escritos o privilégio que concedeu anteriormente à classe, ele se abriu plenamente à ideia de um complicado “entrelaçamento” de formas de dominação através da história. Consequentemente, enquanto sua teoria de classe – com sua concepção multidimensional do espaço social – sempre permaneceu distante da ideia tradicional (mais proeminente em certas versões do marxismo) de um mundo social reduzido a dois blocos polarizados, em textos como *Dominação masculina* fica claro que as classes sociais equivalem apenas a facetas de um complexo prisma classificatório²⁶. Assim, mesmo que a prioridade dada à classe social fosse revogada, a obra de Bourdieu permanece totalmente coerente no seu enfoque incansável das várias formas de

25. A exposição de Wacquant (2002) sobre a constituição e manutenção simultâneas de divisões raciais e de classe nos Estados Unidos por uma série histórica de “instituições peculiares” pode ser lida através da mesma lente explicativa.

26. A noção marxista tradicional de um mundo social bifurcado, condensado numa única oposição antagonônica de classes e sem fusão com outras formas de classificação social, continua sendo uma possibilidade empírica dentre outras, embora uma altamente improvável.

classificação social, entendidas como os *principia potestas* – princípios de poder – que animam os atos de violência simbólica.

A fim de desenvolver as implicações da questão de Bourdieu sobre “a existência e o modo de existência dos coletivos” para a análise de classe, devemos voltar ao conhecido livrinho de Marx *O 18 brumário*. No relato de Marx sobre o golpe de 1851, ficou famosa a descrição do campesinato francês como um “saco de batatas”. As famílias camponesas, presas a seus pedacinhos de terra, são em grande parte autossuficientes; têm pouco contato social sustentado entre si e carecem de acesso a “meios de comunicação” eficientes. Por conseguinte, são incapazes de se organizar e mobilizar em busca de seus interesses, permanecendo ao contrário no que comentaristas posteriores chamariam de um estado de existência “serial”. Marx reconhece assim que antes de podermos perguntar se o campesinato (nesse caso) se “alia” à burguesia, ao proletariado ou a qualquer outra classe, temos que indagar se ele tem a capacidade de se organizar. Por mais verdadeiro que isso seja, Bourdieu nos lembra que nem a comunicação nem a interação social sustentada entre um grupo de indivíduos que partilham as mesmas condições de vida são suficientes para gerar uma coletividade social e muito menos uma coletividade mobilizada. Os interesses, por mais supostamente “objetivos” que sejam, não podem jamais desencadear a ação coletiva por si mesmos e, seguindo Marx, não são meramente empecilhos técnicos à organização que se erguem no caminho. Com efeito, sem querer minimizar a importância das limitações técnicas, deve-se ressaltar que entre interesses e ações coletivas existe um abismo que só pode ser superado por um trabalho imenso – um trabalho que se faz, sobretudo, no campo *simbólico*. Os atores que organizam e mobilizam em prol de “sua” classe devem primeiro reconhecer-se como membros da mesma coletividade social, com os mesmos interesses e os mesmos adversários. Isso significa que eles devem ver a si mesmos (e a seus homólogos em outras classes) ao menos partilhando uma identidade de classe, mínima que seja.

Na verdade, o trabalho simbólico que pode ser o precursor da mobilização é empreendido continuamente por cada um e todos. Isso torna difícil captá-lo sociologicamente. Com efeito, pode-se levantar que a única forma de análise de classe adequada à tarefa seria uma capaz de fundir a análise estrutural a uma descrição fenomenológica dos inúmeros atos de classificação recíproca que impregnam a interação social. É precisamente essa fusão, no entanto, que as escolas tradicionais da análise de classe foram incapazes de desenvolver. Isso é bem evidente no caso do marxismo. Não é difícil identificar um *racha* nessa tradição. Por um lado, para os historiadores (p. ex., THOMPSON, 1966 [1963]) e etnógrafos (p. ex., FANTASIA, 1989), “classe” é algo que deve ser *produzido* num momento e lugar históricos definidos. Tais estudos podem sobressair e peneirar as minúcias das atividades cotidianas ou dos registros históricos a fim de identificar a constituição das classes através dos processos de colocação e demarcação que resultam em grupos sociais mais ou menos delimitados. Ao

mesmo tempo, no entanto, esses processos tendem a ser casos localizados que não podem ser sistematicamente ligados a uma ampla estrutura subjacente de classe²⁷. Mais concretamente, tais estudos não podem verificar a possibilidade de que as orientações classificatórias variam de forma sistemática segundo a localização estrutural ou de que as estratégias pelas quais essas orientações são seguidas variam de acordo com os recursos disponíveis; e essa limitação se torna tanto mais séria quanto mais se admite que a própria estrutura de classe é altamente diferenciada e multidimensional. Por outro lado, porém, os analistas que atribuem prioridade conceitual à estrutura de classe (p. ex., WRIGHT, 1997) são capazes de situar os indivíduos em “mapas” detalhados dessa estrutura. No entanto, classificando os atores sociais dessa maneira, eles se posicionam mal para captar os processos de “formação de uma classe”. Tais estudos normalmente se satisfazem em examinar se (ou em que grau) as opiniões e práticas individuais estão de acordo com as que seria de prever com base na sua localização estrutural. Precisamente pode-se dizer, entretanto, que se perde de vista a dimensão *constitutiva* da classe social. Como diz Bourdieu:

[S]upondo que as ações e interações poderiam de alguma forma ser deduzidas da estrutura, dispensa-se a questão da *passagem do grupo teórico ao prático*, isto é, a questão da política e do trabalho político necessário para impor um princípio de visão e divisão do mundo social, mesmo quando esse princípio é bem-fundado na realidade (BOURDIEU, 1987, p. 8; cf. tb. 1991, p. 233-234).

(E poderíamos acrescentar que depender da Teoria da Ação Racional, na medida em que reduz ou elimina o lugar do simbólico em descrições da identidade e da ação coletivas em bases metateóricas, só aumenta essa miopia.) Toda a abordagem de classe de Bourdieu, pode-se dizer, pretende integrar metodicamente as percepções produzidas por relatos que priorizam as dimensões estruturalista e construtivista, respectivamente, num programa coerente de pesquisa empírica (cf. 1984 [1979], p. 483).

O resultado da abordagem de Bourdieu é que o debate interminável entre as visões nominalista e realista de classe revela-se equivocado. A oposição entre essas visões não deve ser entendida como uma alternativa epistemológica imposta ao analista. Ao contrário, nominalismo e realismo equivalem ao que se poderia

27. Há uns quarenta anos, Thompson prefaciou seu estudo da formação da classe operária na Inglaterra do final do século XVIII e início de XIX da seguinte maneira: “Há hoje uma tentação permanente de supor que classe é uma coisa. Não foi o que Marx entendeu nos seus escritos históricos, mas esse erro viciou muita produção ‘marxista’ posterior. Supõe-se que ‘ela’, a classe operária, tem uma existência real, que pode ser definida quase matematicamente – tantos e tantos homens que têm determinada relação com os meios de produção. Uma vez que se supõe isso, torna-se possível deduzir a consciência de classe que ‘ela’ deveria ter (mas raramente tem) se ‘ela’ estivesse adequadamente ciente da sua posição e dos seus reais interesses” (THOMPSON, 1966 [1963], p. 10). E continuou: “A classe é definida pelos homens à medida que vivem sua própria história e, afinal, esta é sua única definição” (THOMPSON, 1966 [1963], p. 11).

chamar de momentos distintos do processo social (BOURDIEU, 1990b, p. 128-129; 1991, p. 234; cf. tb. 1984 [1979], p. 169ss.). Os atores sociais, devemos insistir, estão distribuídos numa *estrutura objetiva* de posições que condiciona a probabilidade de qualquer conjunto determinado de indivíduos partilhar o mesmo estilo de vida, o mesmo nome coletivo ou uma participação organizacional²⁸. No entanto, as probabilidades diferenciais que essa estrutura gera só podem dar origem a coletividades sociais se os indivíduos forem capazes de construir *representações* adequadas dela e, em especial, das fronteiras que ao mesmo tempo os dividem e unem – quer sejam as fronteiras difusas e porosas que se formam através do consumo, quer sejam as fronteiras rígidas e precisas inscritas na política e na lei do Estado (cf. BOURDIEU, 1984 [1979], p. 169ss.)²⁹. As classes sociais, diríamos, só podem surgir pela conjunção de duas forças *parcialmente* independentes: as probabilidades objetivas decorrentes da estrutura do espaço social e a “crença” subjetiva na existência de classes. Como diz Wacquant, “[a] classe não repousa nem em estruturas nem em agência apenas, mas na relação delas à medida que é historicamente produzida, reproduzida e transformada” (1991, p. 51). É precisamente o que afirma Bourdieu (1990a [1980], p. 135) quando declara que uma classe é definida simultaneamente por seu “ser” e o “ser percebida”.

Bourdieu sempre evitou a grande narrativa histórica segundo a qual o conflito de classes é o “motor da história”. E, como vimos, na sua obra final a classe é despojada de quaisquer privilégios metateóricos de que possa ter desfrutado em sua orientação sociológica geral. Por conseguinte, essa orientação é capaz de fornecer os instrumentos necessários para abordar os fenômenos que são geralmente referidos (de forma bem-indiscriminada) como sendo a “decomposição” da classe operária. Assim, *A miséria do mundo* (BOURDIEU et al., 1999), um relato etnográfico do sofrimento socialmente induzido na França, publicado por Bourdieu e uma equipe de colaboradores em 1993, contém abundante evidência e análise dos antagonismos étnicos na classe operária surgidos no rasto do movimento de imigração, das transformações na economia industrial e das mudanças na relação entre certificados e empregos. E se apoiando fortemente em Bourdieu, a etnografia de Charlesworth (2000) sobre Rotherham, uma cidade

28. Como assinala Portes (2000) a propósito da teoria de Grusky e Sorensen (1998), uma abordagem que reconhece a “existência” de classes apenas onde é possível discernir algum tipo de auto-organização econômica (no caso deles, ocupacional) leva à incômoda implicação de que alguns indivíduos – talvez a maioria – são “des-classificados”, isto é, não têm classe. Segue que tal abordagem pode não dar qualquer percepção dos estilos de vida, discursos e padrões associativos (etc.) desses indivíduos.

29. Desnecessário dizer que os critérios pelos quais a “adequação” de uma representação deve ser avaliada em relação a sua função social de unificar e mobilizar não são os mesmos critérios que seriam (ou deveriam ser) usados para avaliar sua adequação como um construto analítico produzido com o propósito do estudo sociológico (cf. BOURDIEU, 1984 [1979], p. 473).

do norte da Inglaterra, documenta uma comunidade na qual a desindustrialização desencadeou a “decadência” de todo um modo de vida. Não conseguindo ver sua situação refletida no discurso político e sem ligação com as tradições centradas no sindicalismo (que estão elas próprias se dissolvendo), os integrantes mais jovens da classe operária – apesar de partilharem condições e estilo de vida semelhantes – exibem uma identidade coletiva que desliza inteiramente para abaixo do limiar da articulação discursiva. Nessas condições, sua existência simbólica é reduzida ao que Bourdieu (1984 [1979], p. 178) chama de “estilo de vida ‘em si mesmo’” – isto é, suas práticas e objetos característicos funcionam primordialmente como sinais de privação e, portanto, como estigmas (cf. CHARLESWORTH, 2000, esp. p. 150-202).

Entre os teóricos do conceito de classe, Bourdieu destaca-se por ter conferido uma centralidade às práticas simbólicas de classificação social. Por razões que já analisamos, essa centralidade aponta para além de questões de classe social, em última instância englobando todas as formas de categorização social (gênero, raça, nação etc.). O simbólico, na visão de Bourdieu, é um tipo de poder formidável, mas altamente evasivo, um poder que realiza uma “alquimia misteriosa” (1991, p. 233). A classificação, como a aplicação de esquemas simbólicos, é essencialmente um processo de dois lados. Por um lado, ela categoriza, divide e separa indivíduos e, dessa forma, constrói coletividades sociais: “A mágica social sempre consegue produzir descontinuidade a partir da continuidade” (BOURDIEU, 1991, p. 120). Ao fazê-lo, ela constitui as identidades coletivas pelas quais os atores sociais vêm a conhecer a si mesmos e aos outros. Por outro lado, a classificação também implica a “exibição teatralizada” de poderes, recursos e privilégios subjacentes – quer tomem a forma de capital econômico, capital cultural, prerrogativas masculinas ou o que for. Como tal, ela funciona como um meio pelo qual reivindicações de honra social são expressas e reconhecidas (ou rejeitadas). Através dessas duas funções ela contribui para a manutenção ou transformação da ordem social.

Quando os esquemas classificatórios são simultaneamente sedimentados em disposições e inscritos na ordem das coisas (i. é, no discurso, nas instituições e na lei), pode-se desenvolver uma “cumplicidade” entre *habitus* e mundo que é profundamente refratária à mudança. Em especial, a mera denúncia e a “provocação simbólica” raramente são adequadas para romper esse acordo de raízes profundas entre o subjetivo e o objetivo. No entanto, Bourdieu insistiu com firmeza que os intelectuais e especialmente os cientistas sociais, como defensores de um imenso capital cultural, têm um papel crucial a desempenhar nas lutas contra formas de subordinação que repousam, pelo menos em parte, no poder simbólico. Capazes de falar com certa autoridade sobre o mundo social e, assim, de intervir na sua representação, os intelectuais podem trazer à luz mecanismos de dominação que de outra forma passariam despercebidos e experiências de sujeição que de outra forma poderiam persistir além dos limites

da verbalização (cf. BOURDIEU et al., 1999)³⁰. Com essa capacidade, no entanto, vêm certos perigos. Em especial, os cientistas sociais colocam em risco sua habilidade em explorar a conexão entre diferentes estratégias classificatórias, de um lado, e a localização no espaço social, de outro, quando permitem que seu discurso seja sequestrado por um ponto de vista classificatório específico – um ponto de vista ao qual busquem conferir a autoridade (e aura) de “ciência”. É o caso, por exemplo, de asserções brutais sobre a “vida” ou a “morte” de classes sociais, que, com frequência, equivalem a expressões finamente eufemísticas da estratégia de representação de um determinado grupo ou fração (BOURDIEU, 1987, p. 2-3; 1990b, p. 179-180).

Bourdieu sempre sustentou que os intelectuais, em virtude do capital cultural que detêm, constituem uma fração da classe dominante. O que implica que eles estão longe de “flutuar livremente” e, portanto, que suas propensões classificatórias – com frequência articuladas com uma distribuição de honra ou prestígio que prioriza as coisas culturais sobre as coisas materiais – estão abertas à investigação sociológica exatamente como as de qualquer outra classe ou grupo. Bourdieu (1988 [1984]; BOURDIEU & WACQUANT, 1992, p. 62-74; cf. tb. BOURDIEU, 1990b, p. 177-198) assumiu esse projeto com entusiasmo, concebendo-o como uma oportunidade de usar a sociologia para gerar reflexivamente uma consciência (e uma medida de controle) das maneiras típicas de ver o mundo social peculiares aos que fazem de sua contemplação um meio de vida. Ao mesmo tempo, ao reconhecer que os intelectuais ocupam um lugar próprio determinado no espaço social, Bourdieu também evitou a tentação de declará-los representantes “orgânicos” dos dominados. E permanece um testemunho de sua lucidez sociológica a insistência nessa posição ao longo de toda a carreira, aceitando de bom grado todas as ambiguidades que isso implicava para sua prática política.

30. É precisamente por essa razão que Bourdieu sempre considerou a sociologia uma disciplina crítica: “[S]e não há ciência senão do oculto, então a ciência da sociedade é, por si, crítica, sem que o cientista que escolhe a ciência ter jamais que optar por fazer uma crítica: o oculto é, neste caso, um segredo e bem-guardado, mesmo quando ninguém tem a missão de guardá-lo, pois ele contribui para a reprodução de uma ‘ordem social’ baseada no acobertamento dos mecanismos mais eficazes de sua reprodução e, portanto, serve aos interesses daqueles que têm um grande interesse na manutenção da ordem” (BOURDIEU & PASSERON, 1990 [1970], p. 218, nota 34).

5

Fundamentos de uma análise de classe com base na renda*

Aage B. Sørensen

Introdução

Há uma enorme literatura sobre o conceito de classe, que basicamente consiste de debates sobre quais propriedades devem ser incluídas no conceito. O resultado é uma variedade de esquemas de classe e de argumentos essencialmente sobre qual esquema é mais apropriado para captar a estrutura de classe da sociedade moderna. Para Dahrendorf (1959), as classes devem ser identificadas com relações de autoridade. Ossowski (1963 [1958]) e posteriormente Wright (1979) criam esquemas de classe pela classificação cruzada de propriedade e autoridade ou relações de dominação. O esquema de classe identificado com John Goldthorpe baseia-se nas relações de propriedade, emprego e autoridade (GOLDTHORPE, 1987; ERIKSON & GOLDTHORPE, 1992). Parkin (1979) e Murphy (1988) enfatizam as relações de fechamento e Giddens (1973), o grau de “estruturação”.

A proposta original do conceito de classe, por Marx, visa explicar a desigualdade, os movimentos e conflitos sociais e os processos políticos – a fim de construir uma teoria da história. O mecanismo que produz esse extraordinário poder explicativo é a *exploração* da classe operária pela classe capitalista, que

* Este texto foi originalmente publicado com o título “Por uma base mais sólida para a análise de classe” no *American Journal of Sociology*, vol. 105, n. 6, mai./2000, p. 1.523-1.558. Versões anteriores foram apresentadas na conferência da ECSR sobre Teoria da Ação Racional em Análise Social; em Aplicações e Novos Desenvolvimentos (Långholmen, Estocolmo, 16-20/10/1997), e em palestras nas universidades de Oxford (nov./1966) e do Noroeste (mai./1997). Agradeço ao público dessas palestras pelos comentários úteis e a Hannah Brückner, John Goldthorpe, John Myles, Douglas Hibbs, Rolf Højjer, Christopher Jencks, Michèle Ollivier, John Scott, Annemette Sørensen, Ruy Teixeira, Erik O. Wright e aos revisores do *American Journal of Sociology* pelos comentários, críticas e sugestões úteis.